

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

SILVANA LOURDES ZAT

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA EM TEMPO
INTEGRAL DO PARANÁ**

PATO BRANCO

2022

SILVANA LOURDES ZAT

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA EM TEMPO
INTEGRAL DO PARANÁ**

FINANCIAL EDUCATION IN FULL-TIME HIGH SCHOOL EDUCATION IN PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Matemática do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marlova Estela Caldatto

PATO BRANCO

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco



SILVANA LOURDES ZAT

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DO PARANÁ

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Matemática.

Data de aprovação: 27 de Junho de 2022

Dra. Marlova Estela Caldato, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Janecler Aparecida Amorin Colombo, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Susimeire Vivien Rosotti De Andrade, Doutorado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 27/06/2022.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

À Deus, pela minha vida, por conceder-me a oportunidade de realizar um dos meus sonhos e por manter-me na fé diante das dificuldades encontradas e superadas ao longo desses anos de Profmat.

À minha família. Aos meus pais, Alcides Zandoná Zat (in memoriam) e Erilde Roman Zat, e aos meus irmãos, Neudir, Leonira e Leocira, pelas orações, palavras de amor e incentivo para que concluísse essa etapa da minha vida.

À professora Dra.^a Marlova Estela Caldatto, orientadora, pelas várias horas de conversas através de meet, pela orientação enriquecedora e por todo apoio prestado.

Ao professor Dr. Adilson, pelo ser humano ímpar e empático. Obrigada pela dedicação e compromisso com a formação dos estudantes.

Às amigas que o Profmat me presenteou: Beatriz, Elisângela, Eliziane, Jéssica e Vanessa, agradeço por toda ajuda durante esse período.

Às amigas Jaqueline e Luciana pela amizade, atenção e aconselhamentos. Vocês são incríveis.

RESUMO

ZAT, Silvana Lourdes. **A educação financeira no ensino médio da escola em tempo integral do paraná.** 99 f. Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato branco, 2002.

Educação Financeira passou a fazer parte das escolas de Tempo Integral do Paraná em 2021, como disciplina da base curricular diversificada. Acreditando-se na importância de trazer este assunto para conhecimento e discussão, o presente trabalho busca apresentar como essa mudança educacional foi implantada e implementada, bem como discutir de uma perspectiva crítica como a Educação Financeira está sendo abordada no âmbito desta alteração curricular, por meio de análise do plano de aula e dos materiais didáticos disponibilizados pela Secretaria Estadual da Educação e Esporte do Paraná (SEED). A pesquisa foi de cunho qualitativo pautada na análise documental e análise de conteúdo proposta por Bardin(1977), Os dados foram extraídos de um conjunto de materiais (plano de aula, slides, vídeoaula e lista de exercícios) associados a três aulas da disciplina de Educação Financeira. Sendo uma do primeiro, do segundo e do terceiro ano do Ensino Médio, do ano de 2021, das Instituições Escolares Paranaenses de Tempo Integral. A escolha da análise documental ocorre pelo fato desta inserção curricular ser oficializada por meio da publicação e divulgação de documentos que instruem, informam e regulamentam a inserção da disciplina no currículo escolar. Desta forma a pesquisa foi pautada nestes três momentos a saber: a pré-análise, destinada a coleta dos dados, o segundo momento da pesquisa, a exploração do material, foi a delimitação das aulas e também dos materiais que seriam analisados, iniciando-se uma leitura de todo o material visando a identificação de expressões relacionadas diretamente ao conceito de Educação Financeira e realizando-se recortes buscando-se a extração dos excertos do material associados direta e indiretamente às expressões frequentes. Esses excertos foram categorizados e originaram quatro categorias de análise, cada uma delas composta por duas subcategorias. A “Dinheiro”, composta pelas subcategorias: “Dinheiro - conceito” e “Relação do sujeito com o dinheiro”; “Educação Financeira” e compõe-se das subcategorias: “O que é Educação Financeira” e “Para quem é importante a Educação Financeira; “Consumo”, formada pelas subcategorias: “Consumo: necessidade X emoção” e “Consumo consciente e Consumo que resulta em dívidas” e “Prosperidade Financeira” constituída das subcategorias: “Prosperidade financeira e seus traços comportamentais” e “Quem é próspero financeiramente”. O último momento foi o tratamento dos resultados, deduções, interpretações dos dados construídos, com base na fundamentação das categorias analisadas. Após as referidas análises constatou-se que a Educação Financeira, como disciplina curricular faz parte do contexto educacional paranaense. No entanto é necessário destacar que os materiais didáticos, precisam melhorar muito no sentido de fornecer maior suporte aos professores, de maneira mais transparente e com uma participação mais efetiva dos mesmos na elaboração deste material. Ainda, a Educação Financeira tem muito a contribuir dentro do ambiente escolar e conseqüentemente na construção de gerações futuras mais responsáveis quanto às finanças.

Palavras-chave: educação financeira; escola em tempo integral; materiais didáticos, mudanças educacionais.

ABSTRACT

ZAT, Silvana Lourdes. **Financial education in full-time high school education in paraná.** 99 pg. Master's Thesis - Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato branco, 2002.

Financial education became part of Paraná full-time schools in 2021, as a subject of the diversified curriculum base. believing in the importance of bringing this subject to knowledge and discussion, the present work seeks to present how this educational change was implemented and implemented, as well as to discuss from a critical perspective how financial education is being approached within the scope of this curricular change, through analysis of the lesson plan and teaching materials made available by the paraná state department of education and sport (SEED). The research was qualitative in nature, based on document analysis and content analysis proposed by Bardin (1977). Financial education being one of the first, second and third year of high school, in the year 2021, of the full-time school institutions of paraná.The choice of document analysis is due to the fact that this curricular insertion is made official through the publication and dissemination of documents that instruct, inform and regulate the insertion of the subject in the school curriculum in this way, the research was based on these three methodological moments: the pre-analysis, aimed at data collection, the second moment of the research, the exploration of the material, was the delimitation of the classes and also of the materials that would be analyzed, initiating a reading all the material in order to identify expressions directly related to the concept of financial education and making cuts in order to extract excerpts from the material directly and indirectly associated with frequent expressions. These excerpts were categorized and gave rise to four categories of analysis, each one composed of two subcategories. "money", composed of the subcategories: "money - concept" and "relationship between the subject and money"; "financial education" and consists of the subcategories: "what is financial education" and "for whom is financial education important; "consumption", formed by the subcategories: "consumption: need x emotion" and "conscious consumption and consumption that results in debt" and "financial prosperity" consisting of the subcategories: "financial prosperity and its behavioral traits" and "who is financially prosperous" . The last moment was the treatment of the results, deductions, interpretations of the constructed data, based on the reasoning of the analyzed categories. After these analyzes it was found that financial education, as a curricular subject, is part of the educational context of Paraná. However, it is necessary to emphasize that the teaching materials need to improve a lot in order to provide greater support to teachers, in a more transparent way and with a more effective participation of them in the elaboration of this material. Still, financial education still has a lot to contribute within the school environment and consequently in the construction of future generations more responsible in terms of finances.

Keywords: financial education; full-time school; teaching materials, educational changes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CONEF | Comitê Nacional de Educação Financeira |
| EF | Educação Financeira |
| EI | Educação Integral em Tempo Integral - Turno Único |
| EMI | Ensino Médio Integral |
| EMTI | Ensino Médio em Tempo Integral |
| ENEF | Estratégia Nacional de Educação Financeira |
| ETI | Educação em Tempo Integral em Turno Único |
| ICE | Instituto de Corresponsabilidade pela Educação |
| IQE | Instituto de qualidade educacional |
| LCRO | Livro de Registro de Classe online |
| MEE | Modelo da Escola da Escolha |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| PPC | Proposta Pedagógica Curricular |
| SAEB | Sistema de Avaliação da Educação Básica |
| SEED | Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| 1 O CONTEXTO EDUCATIVO PARANAENSE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, A ESCOLA DA ESCOLHA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA | 12 |
| 1.1 O contexto educativo paranaense | 12 |
| 1.2 Modelo da escola da escolha | 17 |
| 1.3 Educação Financeira no contexto escolar | 21 |
| 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA | 27 |
| 2.1 Educação em Tempo Integral | 27 |
| 2.2 A diferença entre Educação em Tempo Integral e Educação Integral | 29 |
| 2.3 Educação Financeira: uma perspectiva a partir dos documentos oficiais | 34 |
| 2.4 Educação Financeira: uma perspectiva a partir da Educação Matemática | 38 |
| 2.5 Termos usados nas aulas de Educação Financeira | 44 |
| 2.5.1 Prosperidade Financeira | 44 |
| 2.5.2 Consumo e Consumismo | 46 |
| 3 A PESQUISA | 48 |
| 3.1 Justificativas, problema investigativo e objetivos da pesquisa | 48 |
| 3.2 Procedimentos Metodológicos | 50 |
| 4 APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ANÁLISE: AS AULAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PRODUZIDAS E DISPONIBILIZADAS PELA SEED | 56 |
| 4.1 Plano de aula | 56 |
| 4.2 Categoria 1 : Dinheiro | 60 |
| 4.2.1 Subcategoria: Dinheiro - conceito | 61 |
| 4.2.2 Subcategoria: Relação do sujeito com o dinheiro | 65 |
| 4.3 Categoria 2: Educação Financeira | 67 |
| 4.3.1 Subcategoria: O que é a Educação Financeira? | 67 |
| 4.3.2 Subcategoria: Para quem é importante a Educação Financeira? | 73 |
| 4.4 Categoria 3: Consumo | 76 |
| 4.4.1 Subcategoria: Consumo: necessidade X emoção e Consumo consciente | 76 |
| 4.4.2 Subcategoria: Consumo = dívidas | 84 |

| | |
|---|-----------|
| 4.5 Categoria 4: Prosperidade Financeira | 85 |
| 4.5.1 Subcategoria: Prosperidade financeira e seus traços comportamentais | 86 |
| 4.5.2 Subcategoria: Quem é próspero financeiramente? | 87 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 90 |
| REFERÊNCIAS | 92 |

INTRODUÇÃO

Reformas educacionais são uma constante na educação pública brasileira, em particular na educação pública paranaense.

Geralmente são apresentadas como possibilidade de melhoria na qualidade de ensino, ou então, como forma de levar o educando a construir o seu conhecimento com significados a partir da análise, discussão, conjectura, apropriação de conceito e formulação de ideias que o levem a obter instrumentos que lhe permitam resolver os problemas do seu cotidiano (PARANÁ, 2021).

Surge também com o discurso de que o aluno/indivíduo passa a entender e participar e, se necessário, modificar a dinâmica da sociedade onde está inserido (PARANÁ, 2021).

Uma das mais recentes, nas instituições de ensino da rede pública do Paraná, foi a implantação e implementação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral, idealizada e aplicada pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED)¹, alegando como princípio norteador, para essa reforma, a melhoria da qualidade de ensino.

As principais mudanças nesta modalidade de ensino são a permanência do aluno no espaço escolar (nove horas diárias), a grade curricular com disciplinas determinadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)² e outras denominadas como Protagonismo, Projeto de Vida, Empreendedorismo, Programação e Tecnologia Computacional para alunos do Ensino Fundamental. e ainda as disciplinas Preparação Pós-Médio, Projeto de Vida e Estudo Orientado para o Ensino Médio (PARANÁ, 2020).

Outra mudança significativa é a dedicação exclusiva de 40 horas semanais aos professores que fazem parte da equipe docente dentro dessa modalidade.

Atrelada a essa reforma, o Paraná foi escolhido para ofertar um projeto piloto proveniente de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e o Banco Central que incluíram a Educação Financeira no currículo da rede estadual.

¹Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED)

²Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

E assim, a Educação Financeira nas escolas do Estado do Paraná teve a sua disposição na Matriz Curricular do Ensino Médio, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 11/2020, de 16 de dezembro, como parte diversificada pela BNCC (PARANÁ, 2020).

Em razão dessa reforma educacional, foi implantada uma aula semanal de Educação Financeira nas três séries do Ensino Médio das escolas de Tempo Integral.

De acordo com a SEED(2021), essa disciplina vem reforçar o cuidado com as finanças pessoais, gestão de orçamento familiar e fazer um planejamento financeiro para assegurar ou pelo menos dar um norte para um presente e um futuro mais confortável nesse sentido.

A inserção da Educação Financeira como componente curricular, nos trouxe a percepção da existência de várias lacunas investigativas na perspectiva acadêmica, como exemplo, cita-se que é uma alteração inédita que veio para fazer parte da reestruturação no currículo com novas práticas de ensino, didática e administrativamente.

De acordo com a SEED, a Educação Financeira sugere no ambiente escolar um processo de reflexão que contribui para que o sujeito se torne um ser crítico, independente e pensante acerca de suas finanças (PARANÁ, 2021).

Acreditando-se na importância de trazer este assunto para conhecimento e discussão, além da escola exercer o seu papel de transformadora da sociedade, busca-se neste trabalho discutir de uma perspectiva crítica como a Educação Financeira está sendo abordada no âmbito desta alteração curricular.

Diante desse cenário, este trabalho justifica-se na medida em que é a primeira vez que Educação Financeira se torna uma disciplina, e, portanto os diversos aspectos que compõem e determinam a implementação de uma componente curricular que são desconhecidas (por exemplo: aspectos financeiros, administrativos, humanos, didáticos, alteração de demanda, entre outros).

Neste sentido é apresentada essa pesquisa, cujo objeto principal é esse novo componente do currículo escolar do Paraná, a Educação Financeira. Assim, esse estudo teve por objetivo analisar o conceito de Educação Financeira difundido no âmbito da disciplina de Educação Financeira que compõe o currículo da modalidade educativa implementada no Paraná no ano de 2020, “Educação em Tempo Integral (ETI)”, denominada também “Escola da Escolha”.

Com a finalidade de explanarmos o objetivo proposto nesta pesquisa, a dissertação foi estruturada em 4 capítulos.

No capítulo 1- O Contexto Educativo Paranaense da Educação em Tempo Integral, a Escola Da Escolha e a Educação Financeira - o objetivo foi apresentar algumas considerações sobre a Educação em Tempo Integral e seus princípios norteadores, contextualizando-a mediante ao cenário político-educacional paranaense, discutindo particularmente, a organização e as implementações das aulas de Educação Financeira dentro deste cenário.

No capítulo 2- Considerações Sobre Educação Em Tempo Integral, Educação Integral E Educação Financeira- busca-se diferenciar Educação em Tempo Integral de Educação Integral e fundamentá-las além de elencar o que é Educação Financeira dentro do âmbito brasileiro neste contexto. O Capítulo, dividido em quatro seções, apresenta Definição e fundamentos da Educação em Tempo Integral; Diferença entre Educação em tempo integral e educação integral; Análise da educação financeira sob a perspectiva dos documentos oficiais, Educação Financeira a partir da Educação Matemática e Termos usados nas aulas de Educação Financeira (Prosperidade Financeira, Consumo e consumismo).

O capítulo 3- A Pesquisa, apresenta as razões que nos levaram a pesquisa propriamente dita, os objetivos que a nortearam, as justificativas para a sua realização, descrevendo assim, as opções metodológicas implícitas ao estudo e apresenta-se, em detalhes, os instrumentos para a recolha e análise dos dados e os procedimentos para a sua análise.

O capítulo 4 - Apresentação e Caracterização dos Objetos de Análise: As Aulas de Educação Financeira Produzidas e Disponibilizadas Pela SEED - descreve e analisa o plano de aula , os materiais disponibilizados SEED (slides,vídeos e listas de exercícios) de três aulas de Educação Financeira destinadas ao primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio em Tempo Integral do Paraná, as quais, falam acerca da importância da Educação Financeira, dinheiro, seu uso e significado; dinheiro e as relações sociais e institucionais. Essa análise é de excertos dos referidos materiais.

Por fim, nas Considerações finais, são apresentadas as percepções dos resultados obtidos com a realização desta pesquisa e os apontamentos sobre os mesmos.

1 O CONTEXTO EDUCATIVO PARANAENSE DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, A ESCOLA DA ESCOLHA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a Educação em Tempo Integral e seus princípios norteadores, contextualizando-a mediante ao cenário político-educacional paranaense, discutindo particularmente, a organização e as implementações das aulas de Educação Financeira dentro deste cenário.

1.1 O contexto educativo paranaense

Os sistemas escolares estaduais, dentre eles o paranaense, são constantemente criticados, principalmente quanto à qualidade do ensino difundido por eles. Nesse sentido, alterações no currículo, à proposição de novos programas educacionais e outras reformulações são constantes no cenário nacional. Atualmente no contexto da educação paranaense, em especial nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, figuram programas que visam alterar a gestão e a administração escolar bem como o formato dos conhecimentos disseminados por estas escolas (carga horária, natureza dos conteúdos, etc.), como é o caso dos programas “Escolas parcialmente integrais” e “Escolas totalmente integrais”.

Essas reformas educacionais tentam atender a uma demanda de ensino que contempla a formação humana em suas múltiplas dimensões, dando sentido à prática pedagógica e à organização do currículo, com ampliação de tempos, espaços, acesso e permanência, bem como, oportunidades de aprendizagem.

Alegando como princípio norteador, a qualidade de ensino, nas instituições de ensino da rede pública do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED) idealizou e aplicou mudanças educacionais, por meio de implantação e implementação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral.

Dessa forma, a Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná registrou ações destinadas ao modelo de Educação Integral em Tempo Integral desde 2008, quando o Programa Mais Educação e o Programa Viva a Escola tiveram a oferta das Atividades de Ampliação de Jornada, e em 2011, com a inserção do Programa das

Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, substituindo o Programa Viva a Escola (PARANÁ, 2019).

Seguindo-se uma ordem cronológica, em 2012, foi implantada a Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Fundamental, iniciando-se em 05 instituições e estendendo-se para 24 instituições em 2016, e 03 escolas de Ensino Médio passaram a oferecer esta modalidade de ensino em Turno Único; em 2017, a SEED ampliou a oferta no Ensino Fundamental, Anos Finais, com adesão ao Programa de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), instituído pela Portaria nº 1.145/2016(PARANÁ, 2019).

Conforme a Portaria nº 1.145/2016, em seu artigo 1º:

Fica instituído o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, em conformidade com as diretrizes apresentadas pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que visa apoiar a implementação da proposta pedagógica de escolas de ensino médio em tempo integral das redes públicas dos estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2016).

Na sequência desta trajetória, a Portaria nº 727/2017, do Ministério da Educação, estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às EMTI³ (BRASIL,2017), atendendo à Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). A portaria subsequente, nº 1.023/2018, estabeleceu diretrizes, parâmetros e critérios para avaliar o impacto deste Programa de Fomento junto às escolas de EMTI (BRASIL, 2018), selecionando novas unidades escolares para o Programa, como atribuição das Secretarias de Estado da Educação(PARANÁ, 2019)

Com o objetivo de promover uma educação de qualidade e também atender a Meta 6, /do Plano Estadual de Educação, Lei nº 18.492/2015 (PARANÁ, 2015), que prevê “oferecer Educação Integral em Tempo Integral em, no mínimo, 65% das instituições de ensino públicas, de forma a atender, pelo menos, 60% dos estudantes da Educação Básica, até o final da vigência deste Plano”, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná busca ampliar, ano a ano a oferta da Educação Integral em Tempo Integral(PARANÁ, 2019).

E assim, em outubro de 2019, foi assinado o Acordo de Cooperação entre SEED, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)⁴, Instituto Natura e Instituto Sonho Grande para viabilizar a implementação do Modelo da Escola da

³ Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)

⁴ Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)

Escolha (MEE)⁵, a fim aprimorar e consolidar a implantação da política de Educação em Tempo Integral no Estado do Paraná por meio do desenvolvimento de ações relativas ao MEE. Em 2019 haviam 29 escolas do Ensino Médio em Tempo Integral da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná (PARANÁ, 2022).

Segundo o Documento Orientador (PARANÁ, 2019), a Política de Educação Integral em Tempo Integral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná busca:

Democratizar a oferta de atividades pedagógicas, por meio da ampliação da jornada escolar em turno único, para os estudantes da Educação Básica da rede pública estadual de ensino; Viabilizar o aprofundamento dos conteúdos curriculares, por meio de atividades pedagógicas, que possibilitem encaminhamentos metodológicos diferenciados e que favoreçam o desenvolvimento humano integral dos estudantes; Criar um ambiente educativo que considere as experiências e os saberes dos estudantes, possibilitando-lhes a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento do estudo e da pesquisa; Possibilitar a ampliação do tempo para o aprimoramento do estudante como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, por meio da Educação Integral em Tempo Integral - Turno Único (EI) (PARANÁ, 2019, p.10)

De acordo com o discurso propalado pela SEED (2020), com relação às escolas de Educação em Tempo Integral, histórias de protagonismo de sucesso têm sido registradas, em uma escola que desafia os alunos na descoberta de si, dos que buscam e aonde pretendem chegar, por meio do protagonismo juvenil. Ao conhecer a história do aluno, o professor pode ajudá-lo a ultrapassar barreiras, prosperar em seus objetivos, pois o protagonismo na escola pretende que o aluno termine a sua trajetória escolar, ingresse no mercado de trabalho, na escola técnica ou na universidade, se este for o seu desejo (PARANÁ, 2020).

Em 2020, a SEED do Estado do Paraná, por meio da Instrução Normativa nº 001/2020, de 8 de janeiro, dispôs sobre a Matriz Curricular do Ensino Fundamental nas escolas com oferta exclusiva de Tempo Integral da Rede Pública Estadual de Ensino, destacando-se em seus subitens I e II, que:

I. As instituições de ensino que integram a Rede Pública Estadual de Ensino paranaense e ofertam exclusivamente Educação em Tempo Integral no Turno Integral deverão adequar suas Matrizes Curriculares, com implantação simultânea, para o ano letivo de 2020. II. As Matrizes Curriculares integram a Proposta Pedagógica Curricular do Projeto Político

⁵Modelo da Escola da Escolha(MEE)

Pedagógico, portanto serão necessárias adequações e atualizações no referido documento (PARANÁ, 2020, p.2).

Em nova Instrução Normativa, de nº 011/2020, de 16 de dezembro, as instruções são referentes à Matriz Curricular do Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino, e para o item 2, “As Matrizes Curriculares são únicas em cada tipo de oferta” (PARANÁ, 2020, p.2).

Esta Matriz Curricular do Ensino Médio, deverá contemplar as disciplinas de Língua Estrangeira Moderna, de Inglês e Espanhol. Contemplará também a Educação Indígena, Educação do Campo e das Ilhas, e Escolas Bilíngues para Surdos, além das disciplinas eletivas (PARANÁ, 2020).

Ao longo de 2021, novas Instruções Normativas foram sendo publicadas: em 29 de janeiro, a Instrução Normativa nº 003/2021 – DEDUC/SEED, que dispôs sobre “a organização e o funcionamento dos Programas de Atividades de Ampliação de Jornada Escolar que compõem a Educação Integral em Turno Complementar, ofertados nas instituições de ensino da Educação Básica da rede pública estadual” (PARANÁ, 2021, p.1).

Em 30 de setembro de 2021, a Instrução Normativa Conjunta nº 006/2021, da SEED Paraná, dispôs sobre a Matriz Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental em Tempo Integral das escolas estaduais do Paraná, para 2022. As orientações são para as instituições de ensino integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino Paranaense, que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental em Tempo Integral, que deverão adequar suas Matrizes Curriculares (PARANÁ, 2021).

Esta Matriz “será única, atendendo tanto as Instituições de Ensino de Educação em Tempo Integral - Integral Mais, com oferta mista, quanto as Instituições que ofertam o Programa Paraná Integral” (PARANÁ, 2021).

Também em 2021, as novas orientações da SEED do Paraná, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 007/2021, de 1º de outubro, determinam a organização da Educação em Tempo Integral em Turno Único (ETI)⁶, e da Ampliação de Jornada Escolar com atividades curriculares complementares. A finalidade do ETI consta no subitem 2.1, cujo objetivo consiste na ampliação do tempo, espaços e oportunidades de aprendizagem, matrícula e frequência obrigatórias para os alunos de todas as instituições de ensino (PARANÁ, 2021).

⁶ Educação em Tempo Integral em Turno Único (ETI)

Ainda no ano de 2021, o Estado do Paraná, por meio da Resolução nº 3.415/2021, da Secretaria da Educação e do Esporte (SEED), regulamenta a Educação Integral e a Educação em Tempo Integral na Rede Pública Estadual de Educação, o Programa Paraná Integral, registrado em seu artigo 1º

Regulamentar a oferta de Educação em Tempo Integral com o objetivo de promover a qualidade da Educação Básica na rede pública estadual pautada pela formação integral dos estudantes. **Parágrafo único.** Para dar cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo haverá ampliação do tempo, dos espaços pedagógicos e das oportunidades de aprendizagem (PARANÁ, 2021, p.1-2, grifos no original).

Quanto a finalidade deste programa, o artigo 4 desta mesma resolução afirma que

O Programa Paraná Integral tem por finalidade: **I-** ampliar as oportunidades de acesso à educação de qualidade aos estudantes da rede estadual de educação do estado do Paraná; **II-** promover a formação integral dos estudantes, com educação básica de excelência, por meio da construção de seus projetos de vida, do exercício da cidadania e do protagonismo; **III-** garantir um currículo escolar articulado por meio da integração das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e da Parte Diversificada, nos termos da legislação e diretrizes estadual e federal; e **IV-** expandir a Educação Básica em Tempo Integral na rede estadual de ensino (PARANÁ,2021).

Em seguida, o Estado do Paraná passou a oferecer três modelos de Educação em Tempo Integral (ETI) que são:

- Integral Mais: instituições com turmas de ensino fundamental em turno único;
- Integral Mais: instituições com turmas de ensino médio em turno único;
- Programa Paraná Integral: Escolas com oferta exclusiva de tempo integral, ou seja, todas as turmas de todos os anos e séries são de tempo integral, não possuindo oferta de turmas regulares no período diurno, e todos os professores atuam integralmente (40 horas-aula semanais) nessas escolas (PARANÁ, 2022, p. 9).

Para atender a toda a demanda estadual, em 2021, o Paraná Integral ofereceu matrículas para o Ensino Médio Integral (EMI), ano letivo de 2022, com descrição das oportunidades e diferenças entre o Ensino Médio Integral e o Ensino Médio Regular. Esta última, de acordo com a SEED(2021) ajuda o estudante a pensar e a melhorar a própria vida. Os estudantes são incentivados a tomar decisões, descobrir o que querem fazer, planejar o futuro e compartilhar as responsabilidades com colegas.

Esta modalidade de ensino tem contemplado na grade das escolas do Paraná Integral disciplinas determinadas pela Base Nacional Comum Curricular(BNCC), e outras como Protagonismo, Projeto de Vida, Empreendedorismo, Programação e Tecnologia Computacional para alunos do Ensino Fundamental. O Ensino Médio contém disciplinas como Preparação Pós-Médio, Projeto de Vida e Estudo Orientado (PARANÁ, 2020).

Junto a essa variedade curricular, no documento orientador aparecem também os clubes de protagonismo, a liderança juvenil, com a proposta de capacitar os alunos de modo que possam planejar o seu futuro consoante ao seu projeto de vida. Neste processo, há a presença de professores coordenadores de área e de professores tutores, que acompanham o aluno individualmente, em seu desenvolvimento, necessidades e conquistas (PARANÁ,2019).

É interessante observar nessa nova proposta de ensino, que a comunidade escolar foi privilegiada, com a permanência do corpo docente e equipe gestora no colégio, sendo que os professores darão aula apenas em uma das 34 escolas estaduais, 40 horas semanais, visando a criação do senso de comunidade, além do programa de tutoria entre professores e alunos e dos Clubes de Protagonismo, gerenciados pelos alunos (PARANÁ, 2020).

Os programas de Educação em Tempo Integral, de acordo com o sistema de Ensino promovido pela SEED, configuram-se como inéditos e, portanto, pouco se conhece sobre a natureza deles, da mesma forma como o seu desenvolvimento, impacto na formação e prática dos professores envolvidos e, de modo particular, como reflete no ensino de Matemática. E dentro da modalidade de educação em tempo integral, instituiu-se “Modelo da Escola da Escolha”, que será discutido neste trabalho e pormenorizada na sequência.

1.2 Modelo da escola da escolha

De acordo com o ICE(2015) O “Modelo da Escola da Escolha” nasceu de uma situação peculiar e de envolvimento em torno de uma causa originada no processo de recuperação e revitalização de uma escola pública de Ensino Médio no estado de Pernambuco-BR.

Este Modelo tem sua concepção ancorada no compromisso que ultrapassa a ideia de educação prioritariamente focada na dimensão cognitiva, e considera o

ser humano nas suas dimensões corporal, afetiva e espiritual, localizando-o em diversos contextos da vida pessoal, social e produtiva (ICE,2015).

A concepção deste modelo contempla ainda a ampliação de carga horária escolar e a formação integral do ser humano, onde todas as ações pedagógicas devem convergir para um ensino e aprendizagem de qualidade. Para tal, se faz necessário um olhar amplo acerca da interdisciplinaridade que deve existir entre os componentes do currículo, bem como de todos que compõem a equipe escolar (ICE, 2019).

A ideia de implantar este modelo nas escolas paranaenses começou a tomar forma em 2019, quando um grupo de diretores de escolas estaduais do Paraná foram levados pela SEED para Pernambuco a fim de conhecer esta modalidade, como a mesma era desenvolvida, bem como, algumas escolas que trabalhavam com esse princípio educativo. Esse primeiro contato se deu por meio de conversas com gestores escolares, professores e alunos que relataram como as aulas aconteciam e o impacto desse novo formato de ensino na vida deles (SEED,2019).

No ano seguinte, esse Modelo “Escola da Escolha”, foi adotado por algumas escolas do Paraná como pilotos. Desde então, as escolas que ofertavam a Educação em Tempo Integral - Turno Único (ETI) tiveram como suporte pedagógico os princípios de ensino propostos pela SEED e também os trabalhados pelos seus parceiros: Instituto de Corresponsabilidade pela Educação(ICE) e o Instituto Qualidade no Ensino(IQE)⁷.

O ICE, responsável pelo suporte oferecido, durante três anos, às escolas Paranaenses, afirma que

esse Modelo de ensino, possui como missão o objetivo de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, através da aplicação de inovações em conteúdo, método e gestão, objetivando a formação integral do jovem nas dimensões pessoal, social e produtiva, tendo como fundamentos: Uma CAUSA: o ensino público de qualidade; Uma MARCA: a corresponsabilidade; Um DESAFIO: a criação de novos desenhos institucionais (ICE,2019)

Ainda, de acordo com essa mesma Instituição, a educação deve assegurar às crianças, adolescentes e jovens condições para que os mesmos construam uma visão de si próprios no futuro e a executem, utilizando o protagonismo como mecanismo de ação mobilizadora de forças, talentos e potencialidades para essa

⁷ Instituto Qualidade no Ensino(IQE)

construção, que se materializa por meio do Projeto de Vida - tema que reside no coração do Modelo da Escola da Escolha (ICE,2019).

Para o ICE(2015), o argumento utilizado para a criação deste formato de escola foi o compromisso total e determinado com a integralidade da ação educativa, ou seja, educar não é assegurar uma formação apenas na dimensão cognitiva, mas também algo para influenciar na criação de uma política pública.

Como material de apoio o ICE disponibiliza uma coleção com os Cadernos de Formação da Escola da Escolha dirigidos ao Ensino Médio: 1) Caderno Memória e Concepção; 2) Caderno Modelo Pedagógico; 3) Caderno Inovações em Conteúdo, Método e Gestão; 4) Caderno Inovações em Conteúdo, Método e Gestão; 5) Concepção do Modelo de Gestão. serve este para influenciar e apoiar equipes na adoção de processos de gestão e pedagógicos para efetivar o Modelo da Escola da Escolha como política pública bem-sucedida nos estados e municípios onde atua como parceiro (ICE, 2015).

Neste MEE, o ICE formulou as bases para concepção de um modelo inovador em conteúdo de ação educativa consoante ao que se ensina e ao que se aprende, bem como sobre o método acerca de como aprender e de como ensinar, e ainda sobre a gestão dos processos da escola, que inclui o uso do espaço, do tempo, das relações entre as pessoas, assim como do uso de todos os recursos físicos, técnicos e materiais disponíveis (ICE, 2015).

Além da construção e execução de seu Projeto de Vida, a Escola de Escolha deverá pensar em uma formação para a vida, considerando a afirmação de que,

A formação integral se dá não apenas pela presença de um currículo pleno de competências intelectuais, mas pela presença de um conjunto de outras competências essenciais presentes nos domínios da emoção e da natureza social. O seu desenvolvimento, no conjunto dos outros pilares, deverá contribuir construtivamente para a formação de competências que impactam nos diversos domínios da vida humana, seja no âmbito pessoal, social ou profissional (ICE, 2015, p.27).

Trata-se da formação concretizada do aluno pela via de práticas eficazes de ensino, processos que possibilitam verificar a aprendizagem e o pleno domínio do conhecimento a ser desenvolvido na Educação Básica, e para assegurar os níveis de ensino na intensidade, tempo e qualidade durante o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Neste caso, há a necessidade de um currículo configurado pela

BNCC e documentos institucionais, como parte integrada e essencial que assegure o enriquecimento, aprofundamento e diversificação (ICE, 2015).

Com respeito ao IQE, a sua proposta implica em atuar com o nivelamento, definido como uma ação voltada à promoção das habilidades básicas que o aluno não desenvolveu no ano escolar anterior, consideradas essenciais para que os alunos acompanhem e dominem o currículo da série em curso (IQE, 2021).

Dentre o nivelamento das perspectivas de aprendizagem, o IQE(2021), propõe contribuir com o desenvolvimento de ações, que podem compreender a formação de professores e aplicação de Sequências Didáticas em Língua Portuguesa e Matemática para os estudantes, assim como subsidiar os professores com a metodologia de ensino por Sequência Didática, visando fortalecer a sua prática de sala de aula e ao desenvolvimento de ações, cujas sejam essas compatíveis com o nível de aprendizagem dos estudantes em consonância com a série/ano em que estão inseridos, e de prevenção, no tratamento de habilidades complexas previstas na BNCC.

Na Escola da Escolha, a Educação em Tempo Integral - turno único é de 9 horas/diárias, oferecendo um currículo integrado pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular e uma Parte de Formação Diversificada, aos estudantes de forma que não somente o tempo e espaços sejam ampliados, mas também a aprendizagem e o desenvolvimento, contemplando assim a formação humana nas dimensões intelectual, social emocional, cultural e física (ICE,2015).

Neste modelo de ensino, o Currículo deve ser integrado e não fragmentado, contemplando os conhecimentos dispostos na Base Nacional Comum Curricular, com as disciplinas distribuídas da seguinte maneira:

- componentes curriculares - organizados como disciplinas - Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Química, Sociologia.
- componentes curriculares eletivos - organizados de forma distinta a disciplinar - Estudo Orientado, Práticas Experimentais, Preparação Pós-Médio e Projeto de Vida.
- componentes curriculares não eletivo (flexível) - organizados de forma distinta a disciplinar através da elaboração do próprio professor (PARANÁ, 2019)

Dentre os componentes curriculares citados acima, para a Escola da Escolha o Projeto de Vida é considerado o “coração” da Política da Educação em

Tempo Integral, para dar mais oportunidade do estudante pensar e planejar o seu futuro pessoal, profissional e acadêmico, dando sentido e significado para as suas ações diárias escolares (ICE, 2015).

A partir da implantação da MEE, as instituições de ensino passaram a contar com um suporte pedagógico ampliado em relação às demais escolas, composto por coordenador para cada área de conhecimento que atuam dando apoio ao professor naquilo que tange às atividades da BNCC, além dos pedagogos que fazem a articulação pedagógica entre os coordenadores de área, professores, alunos e pais visando a qualidade e efetivação do processo ensino aprendizagem.

Em relação aos professores que fazem parte da equipe docente de escolas que participam do Programa Paraná Integral surge uma nova dinâmica, onde os mesmos passam a ter dedicação exclusiva de 40 horas semanais na instituição, assumindo aulas das disciplinas da BNCC e da parte diversificada. Professores passam a assumir parte da carga horária, como Coordenador de Área de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; - Matemática e suas Tecnologias; - Ciências da Natureza e suas Tecnologias; - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (PARANÁ, 2019).

Além de todo o diferencial que a MEE tem (ampliação de carga horária e lugares, disciplinas eletivas, equipe escolar exclusiva, entre outras), a SEED implantou no ano de 2021 a disciplina Educação Financeira (EF)⁸ que passou a fazer parte da matriz curricular de todo o ensino médio do Paraná.

1.3 Educação Financeira no contexto escolar

Dentre os estados que compõem a Região Sul, em 2020, o Paraná foi escolhido para ofertar um projeto-piloto proveniente de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e o Banco Central que incluíram a Educação Financeira no currículo do Ensino Fundamental da rede estadual. Isso foi possível por meio do Programa Aprender Valor, coordenado pela autarquia federal, que tem como objetivo promover noções de Educação Financeira em escolas de todo o país (PARANÁ,2019).

A Educação Financeira nas escolas do Estado do Paraná teve a sua disposição na Matriz Curricular do Ensino Médio, por meio da Instrução Normativa

⁸ Educação Financeira (EF)

Conjunta nº 11/2020, de 16 de dezembro, como parte diversificada pela BNCC (PARANÁ, 2020).

Essa nova Matriz Curricular única tem como objetivo a distribuição de carga horária das disciplinas para todas as escolas, a exemplo do que ocorre no Ensino Fundamental, que registrou o melhor desempenho no Brasil no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁹, creditado ao 9º Ano.

Entre as alterações previstas está a garantia de quatro aulas semanais de Língua Portuguesa e três de Matemática, o que hoje não acontece em toda a rede estadual. Isso vai permitir um maior aprofundamento dessas disciplinas em vários colégios. Além disso, será implantada no Ensino Médio a disciplina de Educação Financeira, em que os alunos aprenderão a ter um uso mais consciente do dinheiro. O aluno aprenderá os diferentes tipos de juros existentes no mercado, como organizar as contas da casa e como não ceder à tentação do consumo compulsivo ou de impulso (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 2020)

De acordo com a SEED(2020), essa disciplina vem reforçar o cuidado com as finanças pessoais, gestão de orçamento familiar e fazer um planejamento financeiro para assegurar ou pelo menos dar um norte para um presente e um futuro mais confortável nesse sentido.

Assim, desde 2021 foi implantada uma aula semanal de Educação Financeira nas três séries do Ensino Médio.

De acordo com o Ofício Circular nº 015/2021, o principal propósito do componente é o de promover e fomentar a cultura da Educação Financeira no Paraná, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade (PARANÁ, 2021).

Dessa forma, a disciplina é norteada na primeira e segunda série por sete eixos temáticos (conjunto de temas que orientam o planejamento de um determinado trabalho, funcionando como um suporte ou guia): Nossa Relação com o Dinheiro, Reorganizando a vida financeira: endividamento, Uso do crédito, Aprendendo a poupar e investir, Emprego e possibilidades, Empreendedorismo, Sociedade e consumo. Já na terceira série acrescenta-se Cooperativismo.

⁹ Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

A partir dos eixos temáticos¹⁰ são elencados os conteúdos relacionados à Educação Financeira que serão trabalhados de forma articulada, relacionando a Matemática com situações cotidianas que envolvem o uso do dinheiro, como está descrito abaixo, por séries, conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PARANÁ, 2021):

1ª série:

1- Nossa Relação com o Dinheiro: Operações com números reais; A importância da Educação Financeira; Dinheiro, seu uso e significado; Dinheiro e as relações sociais e institucionais.

2- Reorganizando a Vida Financeira -Endividamento: Frações, porcentagem, juros, gráficos, planilhas e tabelas; Saindo do Vermelho: Por onde começar? Compras à vista ou a prazo; O que é um orçamento? Como elaborar um orçamento; Orçamento individual e familiar; Pagando as contas: receitas x despesas.

3- Uso do Crédito: Porcentagem, juros, funções e tratamento da informação; Crédito como fonte adicional na gestão de dívidas; O que é um empréstimo financeiro.

4- Aprendendo a poupar e investir: Porcentagem, juros, funções e tratamento da informação; Poupança: a importância do hábito de poupar; Realizando os sonhos; Conhecendo a previdência.

5- Emprego: Porcentagem, tratamento da informação; Emprego: elaboração de currículo; Profissões do futuro; Estágios.

6- Empreendedorismo: Operações com números reais, tratamento da informação, lucro e prejuízo; Encontrando oportunidade na necessidade; A importância do Planejamento; Orçamento e Investimento; Custo de produção; Lucro: Valor final de venda.

7- Sociedade e consumo: Operações com números reais, situações problema e tratamento da informação; Estratégias de Marketing: avalie, pense e decida; Consumo e Consumismo; Os direitos e deveres do consumidor.

2ª série:

¹⁰ eixos temáticos (conjunto de temas que orientam o planejamento de um determinado trabalho, funcionando como um suporte ou guia)

1- Nossa Relação com o Dinheiro: Operações com números reais; A importância da Educação Financeira; Dinheiro, seu uso e significado; Dinheiro e as relações sociais e institucionais.

2- Reorganizando a Vida Financeira - Endividamento: Frações, porcentagem, juros, gráficos, planilhas e tabelas; Saindo do Vermelho: Por onde começar (retomada); Planejando o orçamento: lembrando o orçamento individual e familiar; Conceito de receitas e despesas na elaboração do orçamento; Possibilidades de um orçamento superavitário; Pagando as contas.

3- Uso do Crédito: Porcentagem, juros e funções; Crédito e gestão de dívida: empréstimo financeiro; Vantagens e desvantagens do uso do crédito: cartões de crédito.

4- Aprendendo a poupar e investir: Porcentagem, juros, funções e tratamento da informação; Poupança: simulando investimentos; Compra de bens: Ativo x Passivo; Realizando os sonhos; Pensando no futuro: previdência.

5- Emprego, Porcentagem, tratamento da informação: Tipos de emprego: autônomo, CLT, prestador de serviços, etc.; Profissões do futuro; Ter ou não ter um negócio próprio: analisando possibilidades, vantagens e desvantagens.

6- Empreendedorismo: Operações com números reais, tratamento da informação, lucro e prejuízo; A escolha certa: análise do mercado; Planejamento: levantamentos dos insumos necessários; Orçamento e Investimento: conhecendo as etapas; Organização do custo de produção; Lucro: Valor final de venda; Conhecendo a Maximização de Lucro.

7- Sociedade e consumo: Situações problema, tratamento da informação; Estratégias de Marketing.

3ª série:

1- Nossa Relação com o Dinheiro: Operações com números reais; A importância da Educação Financeira; Dinheiro, seu uso e significado; Dinheiro e as relações sociais e institucionais.

2- Reorganizando a Vida Financeira - Endividamento: Frações, porcentagem, juros, gráficos, planilhas e tabelas; Saindo do vermelho: por onde começar? Vantagens e dificuldades de planejar o consumo; Elaborando o orçamento; Orçamento superavitário; Economia e desperdício: necessidade e desejo.

- 3- Uso do Crédito: Porcentagem, juros, tratamento da informação e funções; Empréstimo: as diferentes modalidades de crédito e seus custos; Modalidades de empréstimo para aquisição de bens e imóveis; Custo Efetivo Total x Custo Efetivo Nominal.
- 4- Aprendendo a poupar e investir: Porcentagem, juros e funções; Poupança e investimento; Onde investir: o que é preciso saber das diferentes formas de investimento; Compra de um bem: Ativo x Passivo; Pensando no futuro: previdência.
- 5- Emprego e Possibilidades: Porcentagem, tratamento da informação; Preparação para o mercado de trabalho; Profissão: formação x salário; Renda complementar; Análise do mercado de trabalho; Ter ou não ter um negócio próprio: funcionário ou empreendedor; Realização profissional x renda.
- 6- Empreendedorismo: Operações com números reais, tratamento da informação, lucro e prejuízo; A escolha certa: análise do mercado; Empreendendo: definindo as etapas; Orçamento e Investimento: planejamento; Custo de produção; Lucro: Valor final de venda e retorno de um investimento; Executando a Maximização de Lucro; Jogos empresariais.
- 7- Cooperativismo: Situações Problema, Tratamento da informação, Lucro e Prejuízo; Liderança Cooperativista; Consciência Associativa; Economia Solidária.
- 8- Sociedade e consumo: Porcentagem Situações Problema Tratamento da Informação; Estratégia de Marketing e de Publicidade.

Esses conteúdos foram disponibilizados pela SEED e elencadas nas Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas Paranaenses (PPC)¹¹

“Para que o ensino de Educação Financeira realmente aconteça, são necessários que o professor, ao direcionar os encaminhamentos metodológicos, auxilie o estudante a: Entender o funcionamento do mercado e o modo como os juros influenciam a vida financeira do cidadão (positiva e negativamente); consumir de forma consciente, evitando o consumismo compulsivo; Saber se comportar diante das oportunidades de financiamentos disponíveis, utilizando o crédito com sabedoria e evitando o superendividamento; entender a importância e as vantagens de planejar e acompanhar o orçamento pessoal e familiar; Compreender que a poupança é um bom caminho, tanto para concretizar sonhos, realizando projetos, como para reduzir os riscos em eventos inesperados; Manter uma boa gestão financeira pessoal (PARANÁ, 2021).

¹¹ Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas Paranaenses (PPC)

Ainda, a inserção da Educação Financeira no currículo escolar, por meio desses conteúdos, de acordo com a SEED (2021), veio com o objetivo de que conceitos básicos de economia e finanças fizessem parte da vida escolar do aluno para que os mesmos tivessem consciência sobre o uso correto do dinheiro, para que diminua o nível baixo de letramento financeiro da população brasileira através de conhecimentos básicos para qualquer trabalhador ou empreendedor.

A ementa da disciplina também preconiza o estímulo de novos hábitos envolvendo o recurso financeiro, vantagens e desvantagens do crédito, endividamento e como sair dessa situação, como obter, poupar e investir o próprio dinheiro, investimento e previdência, mercado de trabalho e empreendedorismo para assim incentivar o jovem aluno a ser protagonista da sua vida financeira (PARANÁ, 2021).

Quanto aos registros desses conteúdos a serem feitos pelos professores, foram disponibilizados para os mesmos, no Livro de Registro de Classe Online (LRCO)¹², planejamentos, planos de aula e listas de atividades a serem seguidas (PARANÁ, 2021). Sendo estes padronizados para todo o Estado.

A SEED(2021) diz que ensinar sobre Educação Financeira significa falar sobre o dinheiro e, sobretudo, preparar o aluno de modo que o conhecimento que adquirir com esta disciplina possa ser compartilhado com a sua família, visando manter uma relação mais saudável com o dinheiro. E que Educação Financeira possibilita a criação de estratégias para novas aquisições e mudanças de hábitos com investimentos mais seguros.

¹² Livro de Registro de Classe Online (LRCO)

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Há uma diferença para além da semântica entre educação integral e educação em tempo integral, a saber: No primeiro trata-se de um currículo integrado, no segundo, a oferta ampliada do tempo escolar.

Esse capítulo busca diferenciar Educação em Tempo Integral de Educação Integral e fundamentá-las além de elencar o que é Educação Financeira dentro do âmbito brasileiro neste contexto. O Capítulo, dividido em quatro seções, apresentará: Definição e fundamentos da Educação em Tempo Integral, Diferença entre Educação em tempo integral e educação integral, Análise da educação financeira sob a perspectiva dos documentos oficiais e da Educação Matemática.

2.1 Educação em Tempo Integral

De acordo com Barreto (2006) e Arroyo (1988), quando se fala de escola de tempo integral, é preciso considerar e compreender a formulação de questões relevantes e atuais, para além dos slogans educativos contemporâneos e do modo superficial como, muitas vezes, o tema da educação integral é trazido às discussões.

Para os referidos autores, a educação entra como um recurso para o desenvolvimento consciente do ser humano integral, operando para a atualização das potencialidades, oferecendo condições, para que os educandos confirmem de forma manifesta e utilizável as suas potencialidades, no campo da estética e da espiritualidade, da ética e da verdade ou ciência.

É com este apelo à ética, ao longo do tempo e com mais ênfase na contemporaneidade, como recurso organizador da vida social, pública e privada dos indivíduos, exigindo a presença de valores na concepção e na prática educativa, indicando o norte a seguir para a formação integral do indivíduo, “através da qual se torna sujeito que vive e realiza as diversas dimensões e os diversos níveis de seu ser” (BARRETTO, 2006, p.129).

A proposta de formação integral do aluno, que compreende a oferta de novas abordagens educativas, precisa ampliar o tempo cronológico e o tempo subjetivo da aprendizagem, consoante à individualidade do aluno, as interações

possíveis com os colegas e professores e os aspectos culturais presentes. Sendo a educação integral, por isto, requer ampliação de jornada,

é preciso que as aprendizagens ocorram de maneira criativa, inteligente e articulada; afinal, se a criança estará mais tempo em período escolar, seja dentro de uma só instituição seja em outros lugares, estes deverão ser atrativos o suficiente para que ela tenha interesse em aprender, descobrir e se aprofundar em assuntos variados, para que valorize as diversas relações que estabelece e participe com inteireza de um mundo em transformação (LOMONACO; SILVA, 2013, p.17).

Quanto a esta ampliação de jornada de trabalho escolar, ainda em 2010, a Resolução nº 7, de 14 de dezembro, previu em seu artigo 36, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 Anos, a educação em escola de tempo integral, aquela organizada em 7 horas diárias, cerca de 1.400 horas de carga horária anual (BRASIL, 2010).

Em seu artigo 37, determina à escola de tempo integral a promoção da “ampliação de tempos espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais sob a coordenação da escola e de seus professores” (BRASIL, 2010, p.10).

No Documento Orientador (PARANÁ, 2019) diz que a Educação em Tempo Integral para a escola brasileira já havia sido pensada no projeto para as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), observadas as manifestações da legislação nacional que apontavam para o aumento no número de horas diárias de efetivo trabalho escolar, na perspectiva de uma Educação Integral, destacando-se os artigos 205, 206 e 227, da Constituição Federal, a Lei nº 9.089/1990, e a Lei nº 9.394/1996.

Deve-se observar que ao ampliar o tempo de jornada escolar, o objetivo de elevar os índices de aprendizagem ou mais ainda, de oferecer proteção à infância e à adolescência não deslinda da função da educação que a escola oferece, e da mediação do professor com relação ao aluno e às oportunidades de aprendizagem. Requer também pensar no papel da convivência familiar e comunitária, essenciais ao desenvolvimento humano, acreditando-se que:

O simples aumento do tempo na escola não garante processos de aprendizagem mais significativos, tampouco favorece o desenvolvimento de aspectos subjetivos e sociais dos indivíduos; assim, mais tempo em período escolar não quer dizer, necessariamente, mais aprendizagem, o que torna

ainda mais importante a reflexão sobre as diferentes dimensões da educação integral (LOMONACO; SILVA, 2013, p.18).

Nesta reflexão, segundo pontua Antunes(2010), atuam conjuntamente o professor e o aluno, porque cada indivíduo é também um educador. No âmbito da educação, porém, os funcionários educacionais – professores, especialistas da educação e funcionários operacionais, o papel de cada um na Educação Integral devem incluir sentimentos de esperança e de sonho a todos os envolvidos no ensino, contribuindo para significar projetos de vida.

2.2 A diferença entre Educação em Tempo Integral e Educação Integral

A Educação Integral e a Educação em Tempo Integral têm sido discutidas no âmbito do ensino escolar desde as duas últimas décadas do século XX, em um movimento que buscou implantar uma modalidade de ensino para a formação humana em diferentes atividades, que incluem a valorização do conhecimento dos indivíduos no aspecto social no qual a escola atua, dessa forma, a escola atua, não somente preparando os jovens e adolescentes para a vida acadêmica e para o mercado de trabalho, como também servindo de base sólida para o seu convívio em família e sociedade (PARANÁ,2020).

O conceito mais tradicional encontrado para a definição de Educação Integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações (GONÇALVES, 2006).

Abordar a educação integral significa ir além da ampliação da jornada na escola, e de aprender uma concepção ampliada da educação, que inclui a formação de crianças e de adolescentes no sentido de “atender as diversas habilidades, competências e conhecimento, exigidos no mundo contemporâneo”, oferecendo novas abordagens educativas e interações (LOMONACO; SILVA, 2013, p.17).

Antunes (2010, p.17), quanto à Educação Integral, a afirma como uma educação voltada ao “atendimento e pelo desenvolvimento integral do educando nos aspectos biológicos, psicológicos, cognitivos, comportamentais, afetivos, relacionais, valorativos, sexuais, éticos, políticos, tecnológicos e profissionais”. A educação

integral visa à preparação do aluno para uma vida saudável, convivência humanizada, solidária e pacífica.

A justificativa para a implementação da educação integral no ensino escolar visou a contribuição para a melhoria da qualidade da educação e do rendimento escolar, com enfoque para populações com alto índice de vulnerabilidade social, com perspectivas de redução das desigualdades de acesso à educação, ao conhecimento e à cultura, melhorando o convívio social, em uma proposta inicial para jornada escolar de 7 horas diárias (BRASIL, 2013).

Nesse intuito as políticas nacionais de educação, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscam garantir o desenvolvimento integral do aluno por meio da aprendizagem essencial, e em atendimento às dez competências gerais para a Educação Básica, visando apoiar a escolha que o aluno faz para que possa concretizar seu projeto de vida e a continuidade de seu estudo (BRASIL, 2018).

Esta determinação legal consta do § 7º do artigo 35-A, da Lei nº 13.415 (que converteu a medida provisória 746) , de 17 de fevereiro de 2017, quanto à educação e formação em tempo integral, cujo teor registra: “§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017).

Neste instrumento legal, Lei nº 13.415/2017, o artigo 13 dispõe sobre a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral:

Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo: I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas; II - metas quantitativas; III - cronograma de execução físico-financeira; IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas (BRASIL, 2017).

Sobre a Educação Integral disposta na BNCC e na Lei nº 13.415/2017, Zabala (2020, p.15) comenta a formação integral e a dificuldade inerente à aceitação do termo competências na formação para a vida, indicando que um ensino de competência requer a ampliação de conteúdos vinculados ao saber fazer, saber ser e saber conviver, orientando-se como uma escola que prioriza a formação integral

dos alunos, de modo que “cada aluno desenvolva ao máximo as suas potencialidades e orientando em uma direção na qual melhor se encaixe”.

Zabala (1998), salientou que um aluno aceitará as ideias de outros, que são colocadas nos conteúdos escolares, se as decisões que a escola toma e assim também as normas de convivência que a regem, seguem as finalidades educacionais propostas, como um instrumento poderoso para a formação de alunos:

Se a opção da escola é a formação integral da pessoa e um dos objetivos é a educação nestes valores democráticos, haverá que incluir instâncias e processos que permitam que o aluno conheça progressivamente as regras do jogo de uma sociedade democrática e, especialmente, que saiba atuar e defendê-la. O julgamento e a revisão das normas da escola, as eleições de representantes, as assembleias de alunos ou da escola, se convém, e, finalmente, todas aquelas formas que permitem que os meninos e meninas aprendam a participar responsabilmente numa coletividade são os meios educativos que possibilitam a formação nesta faceta capital da personalidade (ZABALA, 1998, p.117).

A BNCC (2018) considerou competência como sendo a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. As dez competências gerais elencadas foram:

1) Conhecimento; 2) Pensamento Científico, crítico e criativo; 3)Repertório cultural; 4)Comunicação; 5)Cultura Digital; 6)Trabalho e projeto de vida; 7) Argumentação; 8)Autoconhecimento e autocuidado; 9)Empatia e cooperação e 10)Responsabilidade e cidadania. e devem acompanhar o desenvolvimento do aluno desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. (BNCC, 2018)

A partir delas se ramificam todas as habilidades que serão desenvolvidas no decorrer de cada etapa de ensino.

Quanto ao tempo da Educação Integral, Zabala (1998), destacou a ampliação do tempo de estudo na escola, via educação integral do aluno, associando esta modalidade de ensino ao espaço ocupado por alunos e professores, diante da impossibilidade de que possa haver o desenvolvimento de um clima afetivo em uma escola cujas dimensões possam acolher centenas de alunos e dezenas de professores. Na afirmação do autor,

É impossível promover determinadas atitudes ou estabelecer um bom clima afetivo se os meninos e meninas não podem se sentir membros, com personalidade própria, de uma comunidade, onde todos se conhecem,

professores e alunos, com nomes e sobrenomes. Dificilmente podem se sentir seguros no anonimato que envolve conviver com centenas de desconhecidos (ZABALA, 1998, p.133).

Será preciso, de algum modo, organizar uma nova estrutura no âmbito escolar, para que os alunos conheçam todos os professores, para que sejam criados marcos que confirmem coerência na forma de vida dos alunos, de acordo com os valores e as atitudes que são buscadas pela escola no ensino de crianças e adolescentes em uma perspectiva personalizada e global (ZABALA, 1998).

Ainda de acordo com Antunes (2010), extrai-se a definição dos termos:

Educação Integral não é a mesma coisa que tempo integral ou horário integral. Ela também não se refere apenas a determinados espaços ou tempos de aprendizagem, como se a educação tivesse que acontecer apenas dentro dos calendários fixos, seriados ou ciclados, e, menos ainda, apenas no âmbito da escola. Quando nos referimos à Educação Integral, além das dimensões da formação humana citadas acima, estamos tratando de abrir a mente e o coração para as diferentes possibilidades de ensino e de aprendizagem que formos capazes de realizar. Trata-se de articularmos saberes a partir de projetos integrados e integradores, de ações e parcerias intersetores e interculturais. A Educação Integral é, na verdade, fundamento do Tempo Integral, pois é a partir do estudo dos seus princípios e diretrizes que melhor podemos desenvolver uma experiência escolar ou comunitária de horário ou de tempo integral, aumentando a jornada de permanência dos alunos nas instituições educacionais onde elas estudam ou desenvolvem atividades diversas – culturais, esportivas, de lazer (ANTUNES, 2010, p.19).

Na mesma interpretação, Gadotti (2009), definiu a Educação Integral como uma concepção de educação dissociada de horário integral, tempo integral ou jornada integral. Destaca que, no passado, projetos de escola de tempo integral tiveram como propósito compensar deficiências do meio familiar e da sociedade em si, sendo que a escola não pode substituir as políticas sociais, mas precisa cumprir de forma primorosa a função de ensinar.

O cumprimento de um papel pela educação requer focar a formação integral dos alunos, com a garantia de condutas humanas éticas, em níveis pré-pessoal ou pessoal e transpessoal, utilizando-se de práticas educativas condutoras ao desenvolvimento nos níveis de conhecimento sensório, mental e espiritual (BARRETTO, 2006).

Para Zabala (2020), quando uma função de ensino tem como prerrogativa a formação integral do indivíduo, o caráter das competências é expressado como funcionalidade, definindo que aquilo que é aprendido faz sentido para o aluno, sendo utilizado na compreensão ou na resposta de determinada questão, ou mesmo na

resolução de situações diversas, de cunho afetivo, cognitivo ou comportamental. Significa um termo que se opõe ao ensino progressivo, que trazia práticas de memorização de conteúdos e aplicação mecânica do conhecimento.

De acordo com o governo do Paraná, a Educação Integral em Tempo Integral - Turno Único (EI) é o processo educativo pelo qual as ações pedagógicas visam ao desenvolvimento da formação humana integral, considerando o estudante sob uma dimensão de integralidade para atender os aspectos cognitivos, político-sociais, ético-culturais e socioemocionais (PARANÁ, 2019, p. 5).

Ribeiro (2018, p.44), já havia registrado sua opinião sobre a educação integral, ao mencionar crianças abandonadas no Brasil, afirmando-as como crianças desescolarizadas, e de que “Só uma escola de tempo integral pode retê-los durante todo o dia, retirando-os da escola do crime e do lixo, e manter 90% deles frequentando as aulas durante cinco anos”, as instituições de educação em tempo integral criadas na década de 1980, nas quais não havia evasão escolar.

Também nos escritos de Arroyo (1988), a escola de tempo integral consiste em uma proposta político-pedagógica, vinculada à organização social, cultural, escolar, de relações entre classes, entre o Estado e o papel que esse desempenha na sociedade.

Para o autor, as propostas de educação integral para que o aluno permaneça na instituição além do tempo de aula caracterizam uma formação integral na qual tudo seja educativo, o tempo e a forma de acordar... Salaria que o tempo ampliado não objetiva o ensinar e o aprender mais e melhor, mas para “poder experimentar relações e situações mais abrangentes: alimentar-se, assear-se, brincar, relacionar-se, trabalhar, produzir coletivamente na escola”, uma ordem, uma organização social a ser vivenciada (ARROYO, 1988, p.4).

Assim, a opinião de Ribeiro (2018, p.81) sobre a educação em tempo integral foi quanto ao significado maior de oferecer “uma solução real ao problema da criança das classes populares – não escolarizadas ou inseridas no mercado de trabalho periférico e incerto – é obrigada a deixar os filhos em situação de precário atendimento familiar ou de abandono”.

A realidade concreta dos alunos na educação em tempo integral tem na motivação pelos professores, relatos de alunos sobre as suas experiências pessoais e comunicação de seu pensamento, destacando-se a importância de prestigiar todos os alunos. “Normalmente a criança pobre consegue se comunicar e se relacionar

com facilidade em seu próprio meio social, mas, na escola, não se sente muito à vontade” (RIBEIRO, 2018, p.87).

Já a contraposição dada por Arroyo (1988, p.5), quanto à impossibilidade de compreender as propostas de tempo integral, sem entender a história das propostas de educação integral, “sua concepção do social, do trabalho, da cultura, do adulto e da criança, das relações entre as classes”, dada a concepção dualista que a permeia, cultura, saber e bondade legítima face à incultura, ignorância, perversão contaminante das massas.

Arroyo (1988, p.5) credita à dimensão moral da pobreza e da riqueza a visão de que a primeira é fonte de vícios, ao indicar a ociosidade, sendo os pobres encarados como as classes perigosas: “A pobreza gera violência, embota a mente, desvirtua a vontade, torna os estômagos vazios feras em potencial predispostas à desordem social, ao crime e à violência”. A escola em tempo integral, nesse sentido, não é vista como um espaço de fortalecimento cultural dos trabalhadores; os operários defendem a escola, a educação gratuita e a combinação entre educação com produção, sem propor o isolamento da criança.

2.3 Educação Financeira: uma perspectiva a partir dos documentos oficiais

Em 2010, o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)¹³, cuja finalidade foi expressada em seu artigo 1º: “Promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010).

A partir desta publicação, outras determinações legais passaram a gerir a Educação Financeira nas escolas, com aprimoramento, ajustes e revisões sobre conteúdos e decisões.

Em 2013, a ENEF, por meio do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)¹⁴ e em acordo com o Ministério da Educação, produziu um livro para o ensino de finanças para alunos da Educação Básica, Ensino Médio. Neste documento, a justificativa para a inserção da Educação Financeira nas escolas inclui, dentre outras, os benefícios de conhecer o universo financeiro, e a

¹³ Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

¹⁴ Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

capacidade de tomar decisões financeiras adequadas, para o fortalecimento da autonomia da própria vida e, com isto, do âmbito familiar e comunitário.

A ENEF tem seu conceito com base na definição pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁵, em 2005, e adaptado para a realidade do Brasil:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2013, p.17).

Definindo o que seja a Educação Financeira nas escolas, é apresentada como “Uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos” (CONEF, 2013, p.1). Em sua aplicação, tem como propósito o desenvolvimento de competências para que o indivíduo faça escolhas de consumo, poupança e de investimento de forma responsável e consciente, o que conduz a uma base segura para o desenvolvimento do Estado, com retorno para o contribuinte em serviços mais eficientes e eficazes, admitindo uma relação saudável entre todos.

Assim, tendo como base o Decreto Federal nº 7.397/2010, tratou-se de uma política de Estado de caráter permanente, com a qual concorrem diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2017, mais de 60 países no mundo haviam criado a sua ENEF, ou iniciado seus projetos na área (ENEF, 2017), conforme divulgação pelo Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que em 2005 divulgou o documento de *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*.

Dessas recomendações, extrai-se do subitem II. Boas práticas - Ação pública para a educação financeira, instruções 8, 9 e 10, com o seguinte teor:

Devem ser estimuladas campanhas nacionais para aumentar a conscientização da população sobre a necessidade de melhorar sua compreensão acerca de riscos financeiros e formas de se proteger contra riscos financeiros por meio de instrumentos adequados de poupança,

¹⁵ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

seguro e educação financeira. 9. A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas. 10. Deve-se considerar incluir a educação financeira em programas estatais de bem-estar social (OCDE, 2005, p.6).

Ainda nesse documento, a formação docente não foi esquecida, conforme constante na instrução 26:

26. Para os programas que demandam o uso de salas de aula, deve-se promover treinamento e capacitação dos educadores. A esse respeito, deve-se estimular o desenvolvimento de programas para 'educar os educadores' e o fornecimento de materiais e ferramentas de informações específicas para esses educadores (OCDE, 2005, p.8).

Como finalidades precípuas da ENEF, são destacados quatro vértices, relacionados à dimensão espacial: formar para a cidadania; ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma, tendo embasamento na mudança de atitude; e, formar disseminadores, que auxiliem as famílias na determinação dos objetivos de vida e quanto aos meios adequados de obtenção (Fig. 1).

Figura 1 - Objetivos da Educação Financeira nas Escolas



Fonte: ENEF (2017, p.1).

Do mesmo modo, outros três objetivos são relacionados à dimensão temporal e se expressam na articulação entre passado, presente e futuro: ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos; desenvolver a cultura de prevenção; e, proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.

Este último objetivo prevê que o aprendizado da Educação Financeira possibilite a mobilidade social, “entendida como a capacidade que uma família apresenta de aprimorar sua condição socioeconômica a partir de conhecimentos e competências oferecidos pela Educação Financeira” (ENEF, 2017).

Ao se trabalhar a disciplina de Educação Financeira, é possível abordar a história do dinheiro e de sua função na sociedade, em temas como dinheiro e tempo, impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos da humanidade e as estratégias atuais de marketing que visam o consumo consciente (BRASIL, 2018).

Lembra-se da importância em saber administrar o próprio dinheiro, como uma das prerrogativas do Ministério da Educação para o ensino da Educação Financeira nas escolas, como uma unidade temática que “favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro” (BRASIL, 2018, p.269).

Assim, a Educação Financeira é ditada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a sugestão é que ela seja trabalhada de maneira transversal, integrando a temática, até então inédita na Educação Básica brasileira, ao processo de ensino e aprendizagem de Matemática e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e constando nas competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental nas escolas brasileiras como “o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos” (BRASIL, 2018, p.269).

A possibilidade de oferecer Educação Financeira nas escolas é uma solução às determinações do Ministério da Educação, acerca da obrigatoriedade do ensino de Educação Financeira nas escolas, indicando que as instituições de ensino devem atender às diretrizes da BNCC para esta questão (BRASIL, 2018).

Para o ano de 2020, um novo Decreto substituiu aquele promulgado em 2010. Portanto, a instituição da Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira, pelo Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, determina em seu artigo 1º a sua

instituição, e também do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), este último como um colegiado de articulação, ao qual compete: “Art. 2º. [...] I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF” (BRASIL, 2020, p.1).

A aprendizagem para este processo tem sido preocupação do Estado, no âmbito da educação e no formato de uma proposta apresentada via Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, como uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituindo a Educação Financeira nas escolas (BRASIL, 2020).

Segundo a Estratégia Nacional de Educação Financeira:

A Educação Financeira não se resume a um conjunto de saberes puramente matemáticos ou de instrumentos de cálculo. Está amparada em áreas complexas como a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental, e por isso acessar educação financeira é provocar mudanças de comportamento, por meio da leitura de realidade, do planejamento de vida, da prevenção e da realização individual e coletiva. (ENEF, 2020, p.33).

De acordo com a PPC(2021), o principal propósito do componente é o de promover e fomentar a cultura da Educação Financeira no Paraná, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade (PARANÁ, 2021).

2.4 Educação Financeira: uma perspectiva a partir da Educação Matemática

A Educação Financeira, a partir da Matemática Financeira, tem um objetivo formativo, voltado para um compromisso educacional, pois, segundo Lima e Sá (2010)

ensinar matemática financeira para as crianças não é só ensiná-las a lidar com o dinheiro, mas sim fazer com que elas rejeitem a corrupção, façam negociações justas, cumpram prazos e valores combinados, tenham consciência ambiental usando sem desperdiçar os recursos naturais, tendo um pensamento coletivo e humanitário e, por fim, que sejam responsáveis socialmente (LIMA e SÁ,2010,p 5)

A ideia de “Educação Financeira” trabalhada nas escolas públicas brasileiras não é algo novo. Vemos citações e referências sobre, em diversos autores, com essa temática e também o registro como “Matemática Financeira”.

D’Aquino (2017), salienta que a compreensão sobre como lidar com o dinheiro tem a sua base formada no modelo financeiro que foi construído junto às

crianças até os 5 anos de idade. Uma educação financeira para as crianças deve observar três aspectos interligados: perspectiva de longo prazo, consistência de mensagem e repetição, possibilitando aos pais a sustentação da base.

Para Gondim (2018) a Educação Financeira é vista como

Um processo necessário para que as pessoas possam compreender melhor os conceitos e produtos financeiros e, assim, serem capazes de desenvolver valores e competências que as tornem mais conscientes das decisões que visem ao seu bem-estar. A gestão do próprio dinheiro é algo pouco ou nada falado nas escolas e nas famílias. As empresas também pouco investem na capacitação dos profissionais que cuidam das finanças do negócio (GONDIM, 2018, p.3).

Lachtermacher (2018), conceitua Matemática financeira como “A ciência e a arte de analisar e refletir sobre os números e valores monetários, de forma a tomarmos as melhores decisões tanto com relação a aplicações quanto no que diz respeito a levantamento de empréstimos ou financiamentos”.

Essa modalidade da Matemática escolar de uma perspectiva pragmática se relaciona também com os cálculos que possibilitam a manipulação de valores financeiros ao longo do tempo, permitindo as comparações consistentes entre diferentes alternativas de investimentos.

Para o momento atual, ainda que os conceitos sobre esta ciência a interpretem em sua ciência dos números e das formas, relações e medidas, com direcionamento para a precisão e a exatidão, D’Ambrosio (2009) argumenta que é preciso falar da Matemática em ambientes culturais diversificados, para que o conceito explanado de uma ciência de infalibilidade, rigor e exatidão, como um instrumento essencial e poderoso do mundo moderno, não deve tornar a sua presença exclusiva a nenhuma forma de pensamento, mas alcançar a todos os indivíduos, indistintamente.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico define a educação financeira como:

[...] o processo mediante o qual consumidores/investidores melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, instrução e/ou orientação objetiva, possam desenvolver confiança e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, p. 26).

A Educação Financeira na escola é especial sob diferentes aspectos, porque considera o que o aluno aprende em Matemática em associação com temas e conceitos da Economia, Geografia, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Biologia, dentre outros; ainda:

Ela fala de comportamento. De emoções. De sonhos. Ela trata de situações reais e de muitos problemas reais ou parecidos com a realidade. Essa Educação Financeira pode te ajudar a entender desde questões econômico financeiras bem pessoais, do dia a dia, tais como a forma como seus pais ganham dinheiro, de como vocês moram e vivem, do lazer, dos projetos, do valor da educação, até questões mais gerais sobre sustentabilidade, futuro do planeta, carga tributárias, inflação, reforma da previdência, empreendedorismo, novos negócios, desemprego e investimentos (MUNIZ JUNIOR, 2020, p.86).

Percebe-se, assim, que ocorre uma inter-relação entre essas vias de aprendizado, acerca das quais se propõe uma contextualização, realizando uma revisão de literatura tendo como fontes de consulta livros e publicações pertinentes.

D'Aquino (2017), lembra que com o surgimento do dinheiro veio a necessidade de pensar sobre ele, uma tarefa registrada desde a Grécia Antiga, que trouxe na história conselhos sobre o melhor uso das finanças. Foi a Educação Financeira que levou Aristóteles a propor a necessidade de ter uma poupança, sobre o sofrimento do avarento e do mau gosto da ostentação.

Com certeza a Matemática Financeira “Será uma das ferramentas para se construir educação financeira e, ao mesmo tempo, a investigação de situações financeiras em sala de aula pode gerar boas oportunidades para se aprender matemática, incluindo a matemática financeira” (MUNIZ JUNIOR, 2020, p.21).

No ensino da Matemática em sala de aula, o aluno pode aprender a Matemática Financeira de maneira prática, aplicando fórmulas, utilizando simuladores em aplicativos ou planilhas eletrônicas, o que confirma o princípio da dualidade: “educação financeira para aprender matemática e produzir matemática para aprender sobre situações financeiras”. Dois lados de uma mesma educação financeira” (MUNIZ JUNIOR, 2020, p.46). É uma forma de mostrar a Educação Financeira que trata do presente apontando o futuro, que chega rápido.

Escrever sobre a Educação Financeira, para os alunos brasileiros, requer mostrar que as iniciativas do Estado para que a escola ensine aos estudantes como aprender a administrar o seu dinheiro, um aprendizado importante quando são

observados os níveis de endividamento de pessoas com “o nome sujo”, ou com dívidas atrasadas, em torno de 61,4 milhões de reais, no final de 2020 (OLIVEIRA, 2021).

Para além deste comprometimento com dívidas está presente a falta de conhecimento e de habilidade para gerenciar o dinheiro, conforme dados da Febraban (2019), sobre pesquisa realizada em 2014, pela *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, “que mediu o grau de educação financeira em 140 países com base em mais de 150 mil entrevistas. O Brasil ficou apenas na 74ª posição no ranking global”.

Oliveira (2021), neste sentido, questionou a necessidade de gastar menos, porém, de que modo pode ser ensinado sobre a inflação, IPCA, investimentos, quando 40% da população adulta possui algum tipo de dificuldade com as finanças?

Para esta determinação do Ministério da Educação, o letramento financeiro nas escolas nacionais será um tema a ser desenvolvido no âmbito da disciplina de Matemática, e o Ensino Fundamental deverá oferecer ao aluno o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, incluindo temas como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras, rentabilidade, investimentos e impostos. Para o Ensino Médio, os temas serão complexos, incluindo o sistema monetário nacional e mundial (OLIVEIRA, 2021).

Nos registros de Oliveira (2021), a instrução financeira nas escolas passa por muitos desafios, que têm início com a formação de professores, a oferta de material didático adequado e a garantia de tempo necessária para que os professores se dediquem ao preparo das aulas.

A pandemia pelo Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, dificultou o projeto de Educação Financeira instituído em 2010, para a promoção de ações de ensino financeiro no Brasil. Neste período, a Associação Financeira do Brasil, que havia sido convocada pelo Ministério da Educação para disponibilizar materiais e cursos, e preparar os professores para viabilizar a implementação da Educação Financeira nas escolas, encerrou as atividades (OLIVEIRA, 2021).

Ribeiro (2018), salienta que nas aulas para alunos do Ensino Médio, o livro de atividades de Educação Financeira traz os conceitos teóricos de juros, inflação e uso correto do cartão de crédito. Em outra parte, o livro apresenta exercícios em grupo, possibilitando que os alunos discutam entre si sobre decisões a serem

tomadas em situações hipotéticas, como pagar um curso de intercâmbio ou em aplicações de dinheiro em ações de tecnologia com tendência de alta.

No destaque de Ribeiro et al (2021) sobre aprender a lidar com o dinheiro: “Crianças que compreendem como manipular o dinheiro, assim como lidar com as frustrações e felicidades provenientes dele, mudam seu comportamento e inclusive tomam melhores decisões ao longo de suas vidas”.

Para contribuir com o ensino da Educação Financeira, os pilares da educação são fundados em quatro etapas: ganhar, gastar, poupar e doar. Os conhecimentos sobre esses pilares devem ser inseridos no ensino escolar aos poucos, para que as crianças desenvolvam maturidade de entendimento do valor do dinheiro e os ganhos que podem ser obtidos a partir de renúncias (RIBEIRO, 2018).

Salas (2020), relacionou a forma de ensino dos alunos na gestão do próprio dinheiro, como um dos temas transversais do sistema de educação nacional, Ensino Fundamental e Ensino Médio, desde 2020, constante no projeto pedagógico da BNCC, conforme já apresentado, com abordagem em diferentes componentes que objetivam “trabalhar com habilidades socioemocionais e reforçar a conexão entre o ensino e a realidade das crianças”.

Dentre esses componentes compõem a matriz curricular, na disciplina de Matemática, a Educação Financeira pode ser ensinada na leitura de informações, construção de tabelas e gráficos, bem como em cálculo de porcentagem, quando se tratar de lucros e de descontos, e em análise de dados (SALAS, 2020).

Sobre a Educação Financeira no sistema educacional brasileiro, opiniões quanto à imposição do Estado sobre o conhecimento dos cidadãos são registradas na literatura. Macedo (2020), refere os escritos de Foucault (2001), associando esta determinação legal ao que denomina de poder disciplinar.

Nesta interpretação, Foucault (2001) atribui à sociedade contemporânea o nome de sociedade disciplinar, caracterizada pelo aparecimento da reorganização do sistema judiciário e penal em diferentes países da Europa e do mundo. Através da disciplina, que envolve o conhecimento, verdade e direito, as relações de poder se tornam identificáveis.

No entendimento de Macedo (2020, p.41), a hipótese da Educação Financeira e previdenciária nas escolas tem sido uma opção para minimizar o problema de sociedades imprevidentes, por falta de informação ou por necessidade. E, na descrição de Foucault (2001) sobre o poder, direito e verdade, “[...] e das

conjecturas sobre o aparelho de Estado, por meio da lógica indutiva, é possível triangular o Estado, o mercado e a sociedade civil como elementos interdependentes”.

O poder, o direito e a verdade, neste sentido, foram mencionados por Foucault (2001), como institutos vinculados entre si, conforme comentado, destacando-se o poder como uma forma de verdade, instituída com base em discursos que criam esta verdade, embora sem a análise correspondente por parte daqueles que se encontram sujeitos a esta condição.

Foucault (2001), relacionou a verdade com o discurso, concluindo que as relações de poder forjam o conhecimento, no caso deste estudo, o conhecimento seria a Educação Financeira nas escolas, forjado pelo Estado, que é o poder, e toma como verdade a necessidade de todos os estudantes, de saber lidar com o próprio dinheiro, controlar os gastos e de aprender sobre investimentos.

O conhecimento, por sua vez, é definido por Foucault (2001, p.16), como resultado de conflitos instintivos do indivíduo:

O conhecimento é como um clarão, como uma luz que se irradia mas que é produzido por mecanismos ou realidades que são de natureza totalmente diversa. O conhecimento é o efeito dos instintos, é como um lance de sorte, ou como o resultado de um longo compromisso (FOUCAULT, 2001, p.16).

Em outra opinião, Mutz e Gomes (2019, p.53), já haviam comentado que as transformações políticas, econômicas e sociais são a tônica de uma sociedade de consumo formada pelos consumidores e as mercadorias em uma cultura de consumo. Desse conjunto é que surgiu a necessidade de educar para o consumo “nomeada nos documentos que temos analisado como Educação Financeira”.

A leitura dessa circunstância é registrada por Mutz e Gomes (2019, p.53), em uma característica diferenciada, mas ínsita ao tempo vivido, aduzindo como fato de que “é a lógica da empresa se espalhar pelo corpo social e subjetivar o trabalhador, transformando-o em empresário de si”.

Este raciocínio remete novamente aos escritos de Foucault (2008, p.311), de que “O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o que? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação”.

Nesta obra, Foucault (2008, p.369), refere o *homo economicus*, que no século XVIII funcionou como um elemento intangível em relação ao exercício de

poder, uma visão que não se manteve, porque na contemporaneidade o *homo economicus*,

É aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente as modificações nas variáveis do meio, esse *homo economicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo economicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do laissez-faire, o *homo economicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2008, p.369).

Vargas (2012), havia sinalizado que a Educação Financeira na escola, poderá conduzir as relações dos alunos com o mercado financeiro, vinculando-os ao empreendedorismo, ou seja, com o propósito de que cada um possa tornar-se empreendedor de si mesmo, acreditando que esta formação os transforme em investidores e profissionais criativos e proativos, como clientes potenciais do mercado financeiro.

Em sua percepção, Vargas (2012, p.110) entende que o Estado não é responsável totalmente pela velhice, assistência médica e educação da população, porque cria estratégias, ações e táticas para que a Educação Financeira seja ensinada nas escolas, de forma a conduzir a conduta das pessoas, que são capturadas pela verdade de que “aprender conteúdos financeiros leva o país ao progresso e só assim estaremos preparados para os avanços de ordem tecnológica, econômica e social”.

2.5 Termos usados nas aulas de Educação Financeira

2.5.1 Prosperidade Financeira

A prosperidade financeira é interpretada como a abundância na vida do indivíduo, não somente em questões de dinheiro, mas compreendendo o trabalho e a carreira profissional, a família, amigos, vida social e dignidade como cidadão. Conforme Gimenes (2019, p.38), a prosperidade se caracteriza como um estado de consciência, a exemplo da paz, espiritualidade ou bem-estar. De fato, “O dinheiro

sozinho não significa prosperidade definitiva, porque a abundância financeira é apenas um sintoma da prosperidade”.

Exemplo de prosperidade financeira é registrado por Kiyosaki (2011, p.41), com os ensinamentos sobre as demonstrações financeiras e do conhecimento dos números, como base de uma vida financeira. Salienta a necessidade de usar o cérebro, trabalhar de graça, não visando somente lucros, “[...] e logo sua mente lhes mostrará formas de ganhar muito mais dinheiro do que eu poderia lhes pagar”.

Gimenes (2019, p.36), acentua a capacidade inata do ser humano em prosperar, pelo poder natural e próprio de sua essência, “uma das suas missões intransferíveis e irrevogáveis. Qualquer movimento seu na direção contrária ao processo de prosperidade vai lhe causar dor, sofrimento e limitação”.

Alguns aspectos determinam a prosperidade: manifestação financeira, de amor, da saúde física e emocional. Já dois níveis de prosperidade são apresentados: abundância extrafísica, que inclui a leveza emocional; a facilidade em fazer amigos; no surgimento de novidades, oportunidades, convites; no sentimento de gratidão por coisas simples; e redução de conflitos na vida, dentre outros fatores (GIMENES, 2019).

O outro nível de prosperidade é a abundância manifesta em riqueza material, com aumento do patrimônio; conquista da liberdade financeira; amor ao trabalho; ganhar sempre mais do que gasta; doar muito, em dinheiro, tempo, energia e contribuição ao mundo; aberto ao surgimento de oportunidade para investir, empreender, e realizar negócios que trazem retorno financeiro (GIMENES, 2019).

Conforme ensina Kiyosaki (2011), as pessoas que buscam a prosperidade financeira poderão visualizar o que outras pessoas nunca percebem, ou seja, as oportunidades que estão diante de si, pois a maioria das pessoas jamais enxerga essas oportunidades porque estão atrás somente de dinheiro e de segurança.

Salienta que: “No momento em que vislumbrarem uma oportunidade, vocês a reconhecerão pelo resto de suas vidas. Aprendam essa lição e evitarão uma das maiores armadilhas da vida” (KIYOSAKI, 2011, p.41).

As recomendações de Gimenes (2019), para a prosperidade financeira é ser rico, porque assim o indivíduo auxilia o mundo, ampara a família e transforma as injustiças que são cometidas em seu entorno, situando essa a melhor forma de ajudar e conquistar os sonhos e viver com alegria.

O mundo precisa de pessoas ricas, segundo texto de Gimenes (2019, p.48), porque “Elas geram emprego, movimentam a economia, motivam as pessoas pobres a terem abundância, geram impostos, criam oportunidades, emprestam e investem dinheiro, fazem transações financeiras que fomentam riquezas”, ajudando a prosperidade do mundo.

2.5.2 Consumo e Consumismo

O consumo é definido como “Uma atividade que fazemos todos os dias, por vezes de maneira festivo [...] mas a maioria das vezes é de modo prosaico, rotineiro, sem muito planejamento antecipado nem reconsiderações” (BAUMAN, 2008, p.37).

O consumo, em uma forma de interpretação, envolve a coesão social, a produção e reprodução de valores, como uma atividade que requer decisões políticas e morais diariamente. Ao consumir, o indivíduo manifesta a sua forma de ver o mundo, caracterizando uma conexão entre os valores éticos, escolhas políticas, percepção sobre a natureza e comportamentos concernentes às atividades de consumo (CORTEZ, 2009).

De outro lado, se analisado sob o ciclo metabólico de ingestão, digestão e excreção, o consumo torna-se uma condição, e um aspecto permanente e irremovível, dissociado de limites temporais ou históricos, mas como um elemento que não se separa da sobrevivência biológica humana. Visto assim, “o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos – e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos” (BAUMAN, 2008, p.37).

O consumismo, como um atributo da sociedade, é distinto do consumo, esse uma característica e ocupação dos seres humanos como indivíduos, de modo que uma sociedade adquire a capacidade de querer, desejar e buscar do mesmo modo que a capacidade de trabalho na sociedade de produtores coloca a sociedade de consumidores em movimento e a mantém em curso, revelando uma forma singular de convívio humano (BAUMAN, 2008).

Em outra opinião sobre esse assunto, o consumismo, considerado um dos principais problemas das sociedades modernas, é definido como “O ato de consumir produtos ou serviços, muitas vezes, sem consciência” (CORTEZ, 2009, p.35).

O alimento da economia consumista é o movimento das mercadorias, considerada alta quanto mais o dinheiro muda de mãos; e quando isso acontece, alguns produtos de consumo são desperdiçados e vão para o lixo. A sociedade de consumidores busca a felicidade, uma isca presente nas campanhas de marketing que objetiva reforçar a disposição das pessoas para gastarem o seu dinheiro (BAUMAN, 2008).

Para o atendimento de novas necessidades, criadas pelo marketing, impulsos, compulsões e vícios, a oferta de “novos mecanismos de motivação, orientação e monitoramento da conduta humana, a economia consumista tem de se basear no excesso e no desperdício” (BAUMAN, 2008, p.53).

O consumidor tem a opção de atuar de modo a atender aos interesses do mercado, e assim também de não se submeter às regras vigentes, cabendo ao consumidor atuar como cidadão e desafiar as regras do mercado, sendo crítico, ético, consciente e responsável, pois mesmo sendo a atividade política submetida às regras do mercado, “o exercício da cidadania não pode ser desvinculado do consumo” (CORTEZ, 2009, p.38).

Isso porque, como compradores, os indivíduos são preparados pelo marketing e os redatores publicitários, ao desempenho de um papel de sujeitos como vida real, mas que logo se tornam acomodados, sendo as fundações do fetichismo da subjetividade ampliadas e consolidadas, por exemplo, quando preferem comprar água engarrafada, e o tempo gasto com compras que se estende a cada dia mais, fisicamente ou pela internet (BAUMAN, 2008).

3 A PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se as razões que nos levaram à pesquisa, os objetivos que a nortearam, as justificativas para a sua realização, descrevendo assim, as opções metodológicas implícitas ao estudo e apresentaremos, em detalhes, os instrumentos para a recolha e análise dos dados e os procedimentos para a sua análise.

3.1 Justificativas, problema investigativo e objetivos da pesquisa

Neste momento da pesquisa tomamos a liberdade de trazer algumas experiências pessoais vivenciadas no âmbito escolar. Como professora de Matemática da rede pública há 20 anos, já me deparei com diversas mudanças de metodologias de ensino, adotei diferentes linhas pedagógicas de trabalho (impostas pelo currículo) e trabalhei com propostas "inovadoras" de "programas" destinados a sanar as dificuldades encontradas pelos alunos e também pelos professores no ensino/aprendizagem de Matemática.

Parece-me que essas mudanças são uma constante na educação brasileira e em particular na educação paranaense, da qual faço parte.

Conforme a PPC, essas constantes alterações sempre são apresentadas como possibilidade de melhoria na qualidade de ensino e desta forma levaremos o educando a construir o seu conhecimento com significados a partir da análise, discussão, conjectura, apropriação de conceito e formulação de ideias que o levem a obter instrumentos que lhe permitam resolver os problemas do seu cotidiano, elaborar construções mentais que permitam antecipar ou propor novas atividades, numa relação dialética entre o concreto e o abstrato, visando sempre que possível a inter-relação entre teoria e prática ajudando-o a entender e participar e, se necessário, modificar a dinâmica da sociedade onde está inserido (PARANÁ, 2021).

Uma das mudanças curriculares mais recentes, é o Programa Paraná Integral nas escolas de ensino médio do Paraná. Junto com essa nova modalidade de ensino, veio a implantação de uma nova disciplina na grade curricular denominada Educação financeira.

De acordo com a PPC, a Educação Financeira

é o processo de aprendizagem que envolve conhecer os processos de planejamento financeiro, provendo conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades e tem o objetivo de promover e fomentar a cultura da Educação Financeira, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade, sendo o bom uso dos recursos financeiros essencial para nossa qualidade de vida (PARANÁ, 2021).

A inserção da Educação Financeira como componente curricular, trouxe a percepção da existência de várias lacunas investigativas na perspectiva acadêmica, como exemplo, cita-se que é uma alteração inédita que veio para fazer parte da reestruturação no currículo com novas práticas de ensino, didática e administrativamente.

De acordo com a SEED, a Educação Financeira sugere no ambiente escolar um processo de reflexão que contribui para que o sujeito se torne um ser crítico, independente e pensante acerca de suas finanças (PARANÁ, 2021).

Acreditando na importância de trazer este assunto para conhecimento e discussão, além da escola exercer o seu papel de transformadora da sociedade, busca-se neste trabalho discutir dentro de uma perspectiva crítica como a Educação Financeira está sendo abordada no âmbito desta alteração curricular.

Diante desse cenário, este trabalho justifica-se na medida em que é a primeira vez que Educação Financeira se torna uma disciplina, e, portanto os diversos aspectos que compõem e determinam a implementação de uma componente curricular que são desconhecidos (por exemplo: aspectos financeiros, administrativos, humanos, didáticos, alteração de demanda, entre outros).

Neste sentido é apresentada essa pesquisa, cujo objeto principal é esse novo componente do currículo escolar do Paraná, a Educação Financeira. Assim, esse estudo teve por objetivo analisar o conceito de Educação Financeira difundido no âmbito da disciplina de Educação Financeira que compõe o currículo da modalidade educativa implementada no Paraná no ano de 2020, “Educação em Tempo Integral (ETI)”, denominada também “Escola da Escolha”.

Com a finalidade de atendermos o objetivo proposto, apresentam-se aqui as bases conceituais metodológicas que delinearão a pesquisa, além dos instrumentos de coleta e análise de dados.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi de cunho qualitativo pautada na análise documental e análise de conteúdo, cujos dados foram extraídos de um conjunto de materiais (plano de aula, slides, vídeoaula e lista de exercícios) associados a três aulas da disciplina de Educação Financeira. Sendo uma do primeiro ano, uma do segundo e uma do terceiro ano do Ensino Médio, do ano de 2021 das instituições que compõem o MEE.

Esse recorte deu-se por essas aulas abordarem diretamente o objeto desta pesquisa, especificamente: Primeira série - A importância da Educação Financeira; dinheiro, seu uso e significado; dinheiro e as relações sociais e institucionais. Segunda série - A importância da Educação Financeira; dinheiro, seu uso e significado. Terceira série - A importância da Educação Financeira; dinheiro, seu uso e significado; dinheiro e as relações sociais e institucionais.

Tais aulas, podem ser interpretadas como uma introdução a essa nova disciplina e, portanto, são as aulas que apresentam a conceituação do que a SEED preconiza por ser a Educação Financeira.

A análise de tais dados pautou-se nas perspectivas metodológicas da análise documental e da análise de conteúdo. A análise documental emerge do fato desta inserção curricular ser oficializada por meio da publicação e divulgação de documentos que instruem, informam e regulamentam a inserção da disciplina no currículo escolar, a Educação Financeira, como por exemplo: instruções normativas, materiais escritos, etc.

Ludke e André (1986) consideram a análise documental uma técnica essencial na pesquisa qualitativa, seja para complementar informações obtidas por meio de outras técnicas, seja revelando aspectos novos de um tema ou problema.

Para SáSilva et al (2009, p. 5) “análise de documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

Essa técnica metodológica pode ser utilizada tanto como método qualitativo, quanto quantitativo e tem como preocupação buscar informações concretas nos diversos documentos selecionados como corpus da pesquisa (JÚNIOR et al, 2021).

Ainda o mesmo autor afirma que é necessário deixar claro que o uso da Análise Documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir

de questões e hipóteses de interesse e utiliza o documento como objeto de estudo (JUNIOR et al, 2021). Neste caso, os documentos usados como objeto de estudo são: plano de aula, slides, vídeoaula e lista de exercícios de três aulas de Educação Financeiro do Ensino Médio.

No que se refere a análise qualitativa do conteúdo presente nos documentos, materiais didáticos que nortearam e norteiam esse processo de alteração curricular, nos pautamos na perspectiva teórica de Bardin(1977;1979).

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdos é caracterizada por um conjunto de instrumentos metodológicos de análise interpretativa, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

É um conjunto de técnicas de exploração de documentos que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens(BARDIN, 1979, p.42).

Para BORGES et al (2021), a técnica proposta por Bardin(1977) é uma técnica que se preocupa em interpretar imagens ou textos com o intuito de entender o seu sentido, decifrar a mensagem tanto implícita como explícita do objeto estudado.

A organização e as etapas de desenvolvimento da Análise de Conteúdo nos ajudam a compreender melhor como esse método é realizado. A partir da explanação sobre o que ocorre em cada etapa e como estas são realizadas é possível observar de maneira mais precisa como esse método pode ser aplicado em uma pesquisa científica(BORGES et al, 2021).

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo se divide em três fases: a primeira chamada de pré-análise, a segunda denominada exploração do material e a última em que é realizado o tratamento dos resultados por meio da inferência e da interpretação.

A conceitualização da análise de conteúdo, pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens (WEBER, 1990; BARDIN, 1977).

Analisando vários autores que dissertam sobre análise de conteúdos, entre eles, Bardin (1977) , Minayo (2001), Trivinos (1987), Mendes (2013) e Borges (2021) destaca-se que a pré-análise é considerada um momento de organização dos dados com o intuito de constituir o corpus da pesquisa, que passa pela “leitura flutuante”, para estabelecer contato com os dados e ter uma primeira percepção sobre as mensagens. O segundo momento é caracterizado como a exploração do material, de maneira mais profunda procurando estabelecer as unidades de registro e contexto por meio da exploração de procedimentos metodológicos diversos. Por fim, na última fase da pesquisa, é realizado o tratamento dos resultados, deduções, interpretações dos dados construídos e tratamento de maneira a que se tornem significativos.

Desta forma a pesquisa foi pautada nestes três momentos metodológicos apresentados abaixo:

O primeiro momento, pré- análise, foi destinado a coleta dos dados, no caso foram disponibilizadas aos professores via site educacional www.educacao.pr.gov.br, em drives compartilhados via google e disponibilizadas no LRCO de Educação Financeira, em 2021, conforme links abaixo:

Quadro 1 - Materiais disponibilizados para as primeiras aulas de Educação Financeira no Livro de Registro de Classe Online

| Série/aula | Material disponibilizado a ser analisado |
|--|--|
| Primeira série Aula 1 - A importância da Educação financeira; dinheiro, seu uso e significado; dinheiro e as relações sociais e institucionais. | <ul style="list-style-type: none"> - Videoaula: Necessidade x emoção. Disponível no link: https://rebrand.ly/FIN_1s_1_21 - Encaminhamentos Metodológicos/ Slides: Importância da Educação Financeira: Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1Vmox9_vm0eH8DnkYrhrQg1iuTGAXRw_U/view?usp=sharing - Exercícios: Importância da Educação Financeira: Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/170UzBPYqQuqPEaCSj2av42trXijEORP/view?usp=sharing - Plano de aula: A importância da Educação Financeira Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1265wLIWCRIGQi6LEptoEnThTsZDW8IWn/view?usp=sharin |

| | |
|---|--|
| <p>Segunda série :</p> <p>Aula 1 - A importância da Educação Financeira. Dinheiro, seu uso e significado.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Videoaula: Disponível no link: https://rebrand.ly/FIN_2s_1_21 - Encaminhamentos Metodológicos/ Slides: A prosperidade e os elementos da educação financeira: - Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1wYpeW7hrYZh56OlzLRtHKvI_x8guNWXK/view?usp=sharing - Exercícios: A prosperidade e os elementos da educação financeira: Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1Clkbi9moY1SFSA_5lApHasxz2PNMGP8p/view?usp=sharing - Plano de aula: A prosperidade e os elementos da educação financeira: Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1ii4uWhYGRj9VfWvYmBGTkwtUwg8G8pWiz/view?usp=sharing |
| <p>Terceira série:</p> <p>Aula 1 - A importância da Educação Financeira; dinheiro, seu uso e significado; dinheiro e as relações sociais e institucionais</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Videoaula: Consumo consciente: Disponível no link: https://rebrand.ly/FIN_3s_1_21 - Encaminhamentos Metodológicos/ Slides: A importância da Educação Financeira: - Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1S4ycX8ZM-ZhiEQauYbTuY5Oz7zCC3bcU/view?usp=sharing - Exercícios: A importância da Educação Financeira: Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1N96ojQUdN2wLymrc6XncPnVXX0fabEUx/view?usp=sharing - Plano de Aula: Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1bXSTnxtKXpoTGv_ourk5Y_TY_NvrpXjFX/view?usp=sharing |

Fonte: a autora

Neste primeiro momento de pré-análise foram extraídas as informações que seriam utilizadas para o conhecimento e desenvolvimento da análise. O material acima foi disponibilizado no seguinte formato:

Vídeoaula: o somatório com apresentação de conceitos e recursos gráficos com duração de 10min47s (3min52s, 2min56s e 4min39s, respectivamente em cada série) os vídeos abordam quase que na sua integralidade o conteúdo apresentado nos slides.

Slides com apresentação: composto por 73 slides (26, 23 e 24 slides, respectivamente nas séries), neles contendo o conteúdo que será abordado do

princípio ao fim da aula, eles contém informações sobre o que será discutido durante a aula. Exemplo: Tema, conteúdo, objetivos a serem atingidos, questionamentos, reflexões, imagens, conceitos, exercícios resolvidos, retomada de conteúdo e encerramento.

Exercícios: questionário com sugestões de 11 atividades de múltipla escolha, (3, 5, 3 questões, respectivamente nas séries) já respondidas e com feedback para que o professor faça a devolutiva para o estudante.

Plano de aula: os três planos de análise possuem a seguinte estrutura com 14 páginas(4, 6 e 4 páginas, respectivamente nas séries) com as orientações de como conduzir a aula e está organizada a partir dos três tópicos: 1) Introdução: sugestão de abordagem e saudações aos alunos; quantidade de slides e duração de tempo de abordagem em cada um deles, objetivos de aprendizagem específicos que serão abordados; 2)Desenvolvimento Da Aula: estratégia a ser utilizada, quantidade de slides, tempo de abordagem neles, descrição e questionamentos; 3)Conclusão: slide a ser usado, duração, descrição, retomada do conteúdo que foi visto na aula e encerramento.

Contudo, pode-se observar que os planos de aulas, slides, vídeoaulas e listas de exercícios possuem extensões distintas, como por exemplo: quantidades de exercícios, páginas, slides e duração de vídeo.

Concluída a primeira etapa de seleção e organização dos materiais que compunham as aulas, foram assistidos e lidos na íntegra o material selecionado, concretizando a exploração do material, denominada de pré-análise.

Feita a leitura flutuante fomos para o segundo momento da pesquisa, que é caracterizado como a exploração do material, de maneira mais profunda procurando estabelecer as unidades de registro e contexto por meio da exploração de procedimentos metodológicos diversos.

Após a delimitação das aulas e também dos materiais que seriam analisados, iniciou-se uma leitura de todo o material (planos de aula, slides, vídeos e listas de exercícios) visando a identificação de expressões relacionadas diretamente ao conceito de Educação Financeira. Nesse processo de identificação de expressões limitou-se também às expressões cuja frequência sobressaia-se em relação às demais expressões.

Identificadas as repetições, foram realizados recortes buscando-se a extração dos excertos do material (planos de aula, slides, vídeos e listas de exercícios)

associados direta e indiretamente às expressões frequentes. Sendo que uma parcela dos excertos repetia-se (integral e literalmente) em distintos materiais. Por exemplo, alguns excertos figuram igualmente tanto no vídeo quanto no plano de aula.

Para efeito de análise, esses excertos foram categorizados e originaram quatro categorias de análise, cada uma delas composta por duas subcategorias. A saber as categorias são:

A primeira categoria proposta titula-se “Dinheiro”, composta pelas subcategorias: “Dinheiro - conceito” e “Relação do sujeito com o dinheiro”.

A segunda categoria titula-se “Educação Financeira” e compõe-se das subcategorias: “O que é Educação Financeira” e “Para quem é importante a Educação Financeira”

A terceira categoria titula-se “Consumo”, formada pelas subcategorias: “Consumo: necessidade X emoção” e “Consumo consciente e Consumo que resulta em dívidas”.

A quarta categoria analisada foi a titulada “Prosperidade Financeira” constituída das subcategorias: “Prosperidade financeira e seus traços comportamentais” e “Quem é próspero financeiramente”.

Para efeito analítico, foram extraídos excertos e reorganizados em categorias de análise. Destacamos que as expressões/termos/conceitos “Dinheiro”, “Educação Financeira”, “Consumo” e “Prosperidade Financeira” relacionam-se direta e constantemente no decorrer das aulas analisadas. De modo especial, destacamos o papel do termo/expressão Dinheiro (capital), que permeia a estruturação das aulas.

No terceiro e último momento foi discutido as categorias e feito o tratamento dos resultados, deduções, interpretações dos dados construídos, com base na fundamentação das categorias analisadas.

4 APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ANÁLISE: AS AULAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PRODUZIDAS E DISPONIBILIZADAS PELA SEED

Neste capítulo descreve-se e analisa-se três aulas de Educação Financeira destinadas ao primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio em Tempo Integral do Paraná, disponibilizadas pela SEED, as quais falam acerca da importância da Educação Financeira, dinheiro, seu uso e significado, bem como as relações sociais e institucionais permeadas entre esses temas.

Essa análise ocorreu de acordo com o descrito no encaminhamento metodológico, onde os temas mais recorrentes foram agrupados em categorias denominadas como Dinheiro; Educação Financeira; Consumo; Prosperidade Financeira e as suas subcategorias correspondentes.

Assim, as interpretações dos dados construídos, bem como as discussões, foram baseadas na fundamentação destas quatro categorias analisadas.

Tendo em vista que os quatro objetos de análise (categorias e subcategorias) são na verdade orquestrados pelo arquivo Plano de Aula, que aparece para orientar como que os slides, vídeos e exercícios deveriam ser utilizados em sala de aula pelos professores, foi necessário um olhar sobre o mesmo.

4.1 Plano de aula


O Plano de Aula constitui-se na proposta de desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou várias delas e se relaciona ao Plano de Ensino do professor (LIBÂNEO, 1995).

Deve apresentar subsídios para aplicação de uma metodologia que integra o processo de ensino, envolvendo o aluno de forma planejada e participativa; visando uma educação transformadora (TAKAHASHI et al, 2004).

Quando se elabora um plano de aula, espera-se que o professor tenha domínio da sua disciplina, além do domínio do conhecimento específico da sua área, estando atento a seleção, organização e sequenciação dos conteúdos a serem ministrados, aos objetivos a serem alcançados, a metodologia de ensino e para com o processo de avaliação em todos seus desdobramentos (GUIMARÃES et al, 1998).

No entanto não é isto que se observa nos planos disponibilizados (Figura 2, 3 e 4)

Figura 2 - Plano de aula de Educação Financeira da 1ª série



| | |
|--|-------------|
| Aula: A importância da Educação Financeira | Nº aula: 01 |
|--|-------------|

Série: 1ª Série

Duração total da aula: 50 minutos

Parte 1: introdução

Slides: 1, 2 e 3

Duração: 5 minutos

Descrição: Cumprimentar os alunos, fazendo as devidas apresentações e saudações iniciais.

Slide 2 – Explique que o tema da aula é a importância da educação financeira e a nossa relação com o dinheiro.

Slide 3 – Apresente os objetivos de aprendizagem específicos que serão abordados:

- Compreender o conceito e a importância da educação financeira nos dias atuais;
- Identificar as motivações por trás de uma compra: necessidade x emoção;
- Analisar a evolução do dinheiro ao longo do tempo, bem como as fases do Capitalismo.

Parte 2: desenvolvimento da aula

Estratégia 1: Brainstorming inicial

Slides: 4 e 5.

Duração: 5 Minutos

Descrição: Debater sobre o que é educação financeira, sua importância na vida dos jovens e a diferença que ela pode fazer nas finanças pessoais.

Comece questionando:

- *O que vocês entendem por educação financeira?*

Slide 4 e 5 – Apresente aos alunos o conceito de educação financeira com o auxílio do slide 4, e explique a diferença entre quem aprender a lidar com o dinheiro desde cedo e quem não aprende. Depois, conecte essas explicações com o pensamento de Kiyosaki (2011) presente no slide 5.

“As escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais mas não nas habilidades financeiras. Isso explica por que médicos, gerentes de banco e contadores inteligentes que tiveram ótimas notas [...] terão problemas financeiros durante toda a sua vida.”

Figura 3 - Plano de aula de Educação Financeira da 2ª série



| | |
|--|-------------------|
| Aula: A importância da educação financeira | 2ª Série /Aula 01 |
|--|-------------------|

Duração total da aula: 50 minutos

Parte 1: introdução

Slides: 1, 2 e 3

Duração: 5 minutos

Descrição: Cumprimentar os alunos e dar as boas-vindas, apresentando o tema e os objetivos da aula.

Slide 2 - Aqui, situe o aluno sobre o tema da aula (A importância da educação financeira para a prosperidade financeira e seus elementos: ganhar, planejar, economizar e investir).

Slide 3 - Depois, apresente os tópicos específicos que serão abordados:

- Compreender o que é prosperidade financeira
- Identificar os elementos da educação financeira: ganhar e planejar
- Identificar os elementos da educação financeira: economizar e investir

Parte 2: desenvolvimento da aula

Estratégia 1: Brainstorming inicial

Slides: 4, 5, 6.

Duração: 15 Minutos

Descrição: Questionar os alunos a respeito do que eles entendem por prosperidade financeira com a ajuda dos slides 4, 5 e 6.

Slide 4 - Faça um levantamento para saber se os alunos entendem o que significa "prosperidade" e, depois, utilize os *inputs* deles para introduzir o conceito de "prosperidade financeira", lançando o questionamento presente no slide:

- Das duas opções apresentadas, quem pode ser considerado o mais próspero financeiramente?

Explique que prosperidade financeira não necessariamente tem a ver com a quantia que uma pessoa ganha, e sim com a forma com que ela emprega seus recursos. Uma pessoa que ganha muito, mas que acumula débitos e dívidas não pode ser considerada financeiramente próspera. Esse é o gancho que o levará ao slide 5.

Figura 4 - Plano de aula de Educação Financeira da 3ª série



| | |
|---|--------------------|
| <p>Aula: O uso do dinheiro nas diversas relações sociais e institucionais; consumo consciente.</p> <p>Cargo</p> <p>Condições de pagamento</p> | <p>Nº aula: 01</p> |
|---|--------------------|

Série: 3ª

Duração total da aula: 50 minutos

Parte 1: introdução

Slides: 1, 2 e 3

Duração: 5 minutos

Descrição: Cumprimentar os alunos e dar as boas-vindas, apresentando o tema e os objetivos da aula.

Slide 2 - Aqui, situe o aluno sobre o tema (A importância da educação financeira e o uso do dinheiro nas diversas relações sociais e institucionais; consumo consciente).

Slide 3 - Depois, apresente os tópicos específicos que serão abordados:

- Compreender que a educação financeira é importante para a vida de cada pessoa
- Identificar os traços comportamentais que levam à prosperidade financeira
- Compreender o que é consumo consciente

Parte 2: desenvolvimento da aula

Estratégia 1: Brainstorming inicial

Slide: 4

Duração: 5 Minutos

Descrição: Apresentar o dinheiro em circulação e gerar uma reflexão inicial sobre como a educação financeira pode auxiliar os alunos a lidarem com ele.

Slide 4 - Fale sobre a história do Real.

O Real foi implantado no governo do presidente Itamar Franco e idealizado de seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Após várias tentativas, planos econômicos fracassados e sucessivas trocas monetárias (Réis, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzado, Cruzado Novo, novamente Cruzeiro e Cruzeiro Real), Fernando Henrique elaborou um plano capaz de controlar a inflação.

Questione os alunos sobre como eles acham que a educação financeira pode ajudá-los a lidar com o Real. Esse será seu gancho para a Estratégia 2.

Estratégia 2: Aula expositiva e dialogada

O Plano de aula disponibilizado pela SEED para os professores, pode ser considerado um roteiro de comandos e ações que devem ser seguidos com tempo cronometrado. Ele vem composto pelo conteúdo a ser trabalhado, a forma, a linguagem, metodologia, além da prática de tratamento entre os sujeitos.

A dinâmica de sala de aula varia tempo, ordenamento, conteúdo e precisa ser bastante flexível porque dependem dos sujeitos envolvidos para que a aprendizagem aconteça. Algo engessado torna o andamento da aula mecanizado e acaba atrapalhando.

Esse modelo de organização didática da prática do professor pode ser interpretada como destinada ao controle da prática educacional, e portanto, desconsidera as especificidades que os processos de ensino e aprendizagem possuem para compreender as particularidades de cada ação e saber escolher a melhor maneira de trabalhar um tema.

Em dado momento o professor recebe instruções primárias como cumprimentar seus alunos no início e no final da aula, fazer as devidas apresentações e finalizar a aula. Essas instruções são desnecessárias, pois nivelam os professores de uma forma inferior, além de tentar transformá-los em repetidores de ações mecanizadas.

Se o professor seguir essas orientações fará com que seu trabalho deixe de ser flexível e ele se torne um mero repetidor de comandos. O trabalho em sala de aula requer dinâmica, organização e que tenha a “cara” dos sujeitos que o compõem: professor e alunos, pois cada turma rende e reage de uma forma e padronizando as aulas fica difícil ensinar diferentes alunos com a mesma abordagem de metodologia.

Como no Plano de aula vem as instruções de como o professor deverá conduzir a sua aula, como fazer a abordagem a cada tema, cada slides, cada exercício, então durante as análises que ocorrerão a seguir, de acordo com as categorias determinadas, por várias vezes o excerto selecionado aparecerá em dois lugares e faremos a opção de analisá-lo uma única vez.

4.2 Categoria 1: Dinheiro

Nesta categoria serão apresentados e discutidos os excertos dos materiais didáticos que abordam diretamente o termo Dinheiro, seu conceito e a relação do

sujeito com o dinheiro. Dessa forma, os organizamos nas subcategorias da categorias apresentadas doravante.

4.2.1 Subcategoria: Dinheiro - conceito

Excerto 1 - Transcrição da fala do professor Tony da 1ª série (aula 1):

“Mas o que é o dinheiro? O dinheiro é um instrumento financeiro exatamente que a gente utiliza para fazer as trocas entre as mercadorias. Porém, nós temos várias formas desse dinheiro aparecer, né? Como cheques, cartões de débito e crédito e também as moedas eletrônicas, né. Por exemplo, transferências agora mais recentemente o Pix e várias outras maneiras da gente também se relacionar com esse dinheiro e usar”.

O excerto anterior traz a utilidade do dinheiro, as formas de dinheiro que existem na atualidade e a importância da nossa boa relação com ele para satisfazer as nossas necessidades, mas além disso a escolha de consumo é carregada de informações, pois numa sociedade capitalista o dinheiro é associado ao sucesso e a ausência dele ao fracasso.

Essa ênfase que é dada ao dinheiro pode contribuir para que o aluno que não o possui tenha um impacto negativo na sua autoimagem, que se sinta inferior aos demais colegas ou menos agraciado. Que não se sinta pertencente à uma sociedade devido ao capital que possui ou que ainda pense em meios não legais para conseguir uma certa quantia para assim fazer parte da sociedade ou para adquirir bens que se fosse somente através do trabalho legal demoraria muito para conseguir.

Para cada indivíduo o dinheiro tem um significado diferente e conforme o momento que está passando, o dinheiro faz parte em diversas situações de nossas vidas: condições sociais, econômicas e culturais. Também pode representar satisfação, felicidade, preocupação, sensação de liberdade e até mesmo relação de poder, o qual pode ser usado para controlar ou impor dependência entre as pessoas.

Foucault (2001), relacionou a verdade com o discurso, concluindo que as relações de poder forjam o conhecimento, no caso deste estudo, o conhecimento seria a Educação Financeira nas escolas, forjado pelo Estado, que é o poder, e toma

como verdade a necessidade de todos os estudantes, de saber lidar com o próprio dinheiro, controlar os gastos e de aprender sobre investimentos.

Nesse excerto da aula, a citação sobre dinheiro poderia ter vindo com conceito, informações, características, origem, onde ele é produzido e a contribuição na expansão do comércio proporcionando um momento mais completo para os alunos e professores.

Dando continuidade, temos um excerto da transcrição da primeira aula da terceira série:

Excerto 2 - Transcrição da fala do professor Tony da 3ª série (aula 1)

“A importância da Educação Financeira é:

- que ela pode mudar a maneira que a gente se relaciona com dinheiro;
- conscientizar-se da importância de uma relação saudável com dinheiro, ou seja, o dinheiro nos ajuda na nossa vida pessoal e não nos atrapalha;
- aprender a organizar-se financeiramente a partir do monitoramento das nossas receitas e despesas montando um orçamento.

Você aprenderá a usar o dinheiro a seu favor conquistando os seus objetivos”.

No excerto da proposta de aula divulgada pela SEED, vem citando alguns itens sobre a importância da Educação Financeira e nos quais fala sobre a relação saudável com o dinheiro.

Salas (2021), relacionou a forma de ensino dos alunos na gestão do próprio dinheiro, como um dos temas transversais do sistema de educação nacional, Ensino Fundamental e Ensino Médio, desde 2020, constante no projeto pedagógico da BNCC, conforme já apresentado, com abordagem em diferentes componentes que objetivam “trabalhar com habilidades socioemocionais e reforçar a conexão entre o ensino e a realidade das crianças”.

O assalariado faz uso de todas as manobras possíveis para fazer com que seu dinheiro seja o suficiente para arcar com as despesas básicas (água, luz, alimentação, lazer, etc) e muitas vezes não sobra para conquistar outros objetivos que não sejam o de dar de comer para sua família.

Dá a entender que se o indivíduo aprender a usar o seu dinheiro poderá conquistar os seus objetivos sem questionar a quantia de dinheiro que dispõe e o valor do que irá adquirir. E ainda, acaba dando um incentivo para o consumo, de que o dinheiro compra tudo. Será isso uma verdade? Até que ponto isso contribui de

maneira positiva na cabeça de um adolescente? Será que isso não acaba despertando um sentimento de ambição? São questionamentos que nos levam a refletir sobre como o termo dinheiro deve ser abordado.

No entendimento de Macedo (2020, p.41), a hipótese da Educação Financeira e previdenciária nas escolas tem sido uma opção para minimizar o problema de sociedades imprevidentes, por falta de informação ou por necessidade.

É uma fala incompleta, pois não sabemos o que a SEED considera relação saudável e de que forma podemos conquistar essa relação, pois num país onde a maioria da população é assalariada e que diariamente trabalha para garantir o mínimo necessário para a sobrevivência, pensar em relação saudável é utopia.

A seguir temos um excerto do plano de aula que traz a sugestão de como a abordagem do slide 4 deverá ser feita e o próprio slide 4:

Excerto 3 - Plano de aula da 3ª série

Slide: 4

Descrição: Apresentar o dinheiro em circulação e gerar uma reflexão inicial sobre como a educação financeira pode auxiliar os alunos a lidarem com ele.

No recorte acima é possível observar como que o Plano de aula vem com instruções de como fazer a abordagem de um slide. A ideia apresentada seria para auxiliar o professor no seu trabalho, mas acaba considerando o professor muito primário em seus conhecimentos acerca da sua função em sala de aula.

Dando continuidade, temos o slide 4 da 3ª série:

Excerto 4:

Figura 5 - Slide 4 da 1ª aula da 3ª série do ensino médio



Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

Os excertos acima trazem a imagem representando as cédulas que estão em vigência no país. A princípio pode parecer uma parte simples da aula para uma terceira série do Ensino Médio, mas ainda temos alunos que não tem a habilidade de manusear e administrar o dinheiro propriamente dito, quer seja em cédulas ou moedas. O dinheiro em espécie fica de posse do provedor da família e este faz a administração conforme considerar necessário.

Ainda, a inserção da Educação Financeira no currículo escolar, por meio desses conteúdos, de acordo com a SEED (2021), veio com o objetivo de que conceitos básicos de economia e finanças fizessem parte da vida escolar do aluno para que os mesmos tivessem consciência sobre o uso correto do dinheiro, para que diminua o nível baixo de letramento financeiro da população brasileira através de conhecimentos básicos para qualquer trabalhador ou empreendedor.

Esse slide com as imagens das cédulas em vigência no país pode ser considerada útil no decorrer da aula e também pode abrir um leque de outras atividades que poderão ser realizadas.

A seguir, temos um excerto de uma questão da lista de exercícios da 2ª série:
Excerto 5 - Lista de exercício - questão 1 da 2ª série

O importante não é o quanto de dinheiro você ganha, mas como você usa os seus recursos. Para entender a prosperidade financeira, é preciso pensar sobre como funciona a educação financeira e seus elementos, a qual pode ser compreendida como:

- (a) O ato de economizar dinheiro.
- (b) endividamento resultante de compras não planejadas.
- (c) O ato de comprar depois de poupar.
- (d) A conscientização sobre a melhor forma de administrar e gerir o próprio dinheiro.

Dentro do excerto temos uma frase em destaque, a qual chama atenção pelo que diz e que causa uma certa dúvida: Será que a quantia que o indivíduo ganha não é importante, mas o que fazemos com os recursos?

De acordo com a OCDE,

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as

competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2013, p.17).

Numa sociedade capitalista as pessoas têm oportunidades e condições de vida diferentes umas das outras e o dinheiro está atrelado a isso. Gerir bem o que se ganha é importante, mas não é o suficiente para conquistar o que se deseja. A quantia importa, sim!

4.2.2 Subcategoria : Relação do sujeito com o dinheiro

Excerto 6 - Transcrição da fala do professor Tony da 1ª série (aula 1):

“Ou seja, a gente vai ter uma relação saudável, então nós precisamos sempre tá discutindo a melhor forma de utilizar o dinheiro.

Então, se a gente desde a adolescência soubermos como é importante administrar o nosso dinheiro quando a gente for adulto, a gente vai ter um processo muito mais fácil”.

Por diversas vezes, nos registros dos materiais é apresentado que tendo uma boa relação com o dinheiro é suficiente para uma situação financeira agradável, mas não diz como seria essa boa relação.

D'Aquino (2017), lembra que com o surgimento do dinheiro veio a necessidade de pensar sobre ele, uma tarefa registrada desde a Grécia Antiga, que trouxe na história conselhos sobre o melhor uso das finanças. Foi a Educação Financeira que levou Aristóteles a propor a necessidade de ter uma poupança, sobre o sofrimento do avarento e do mau gosto da ostentação.

Porém, nem sempre ter uma boa relação com o dinheiro é suficiente para ter uma situação financeira agradável, por mais organizada que a pessoa seja, as despesas que não estavam previstas podem desestabilizar tudo e até ela se reestabilizar novamente pode demorar muito tempo tendo em vista que ganha pouco e com uma margem pequena de sobra de dinheiro.

Esse excerto pode ser considerado incompleto para a compreensão total do aluno sobre como se daria e o que ele deveria fazer para conquistar esse bom nível de relacionamento com o dinheiro.

A seguir, um recorte do plano de aula da primeira aula da 1ª série do ensino médio:

Excerto 7 - Plano de aula da 1ª série

Slides 14 e 15

Introduza a ideia da evolução do dinheiro, passando pela substituição do escambo por comércio baseado em valores fixos para as mercadorias. Conecte, ainda, com as múltiplas formas de dinheiro existentes atualmente, ou seja, papel-moeda, vales, cartões e criptomoedas e como essas transformações modificam nossas relações sociais, econômicas e até políticas.

Os novos mercados e as novas formas de fazer negócios impactam nossas relações sociais e institucionais.

O recorte acima vem sobrecarregado de instruções de como abordar o tema proposto na aula, porém, geralmente os alunos não possuem conhecimentos sobre todos esses assuntos e juntando com as demais atividades propostas faltará tempo durante a aula.

Na sequência temos o slide 14 da aula da 1ª série:

Excerto 8:

Figura 6 - Slide 14 da 1ª aula da 1ª série do ensino médio



Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

No slide acima, vemos a imagem de uma jovem fazendo reflexões necessárias sobre a sua relação com o dinheiro.

É uma imagem bem pertinente, pois fica a reflexão sobre o que fazer com o dinheiro que se tem: Poupar? Investir? Gastar? Nesse momento o que vale mais? Consumo consciente ou Consumo por emoção?

Pode-se dizer que esse slide está pode contribuir significativamente na aula.

4.3 Categoria 2: Educação Financeira

Nesta categoria serão apresentados e discutidos os excertos dos materiais didáticos que abordam diretamente o termo Educação Financeira, sua importância, e como e para quem ela se destina. Dessa forma, seguem organizados em subcategorias da categoria apresentada doravante.

4.3.1 Subcategoria: O que é a Educação Financeira?

Excerto 9 - Transcrição da fala do professor Tony da 2ª série (aula1) :

“O importante não é quanto você ganha, mas como você entrega seus recursos. É justamente um dos objetivos deste estudo de Educação Financeira que a gente vai fazer essa disciplina que agora faz parte do nosso currículo, nos preparar para conseguir ter uma prosperidade financeira pessoal”.

O excerto acima enfatiza a relação entre EF e a “entrega de seus recursos”.

Na perspectiva formativa da SEED, a disciplina é destinada a transmissão de conhecimentos para que os estudantes aprendam a administrar conscientemente os seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade (PARANÁ, 2021). Ou seja, que o estudante aprenda como gastar seu dinheiro e investir os possíveis excedentes e desse modo acumulando capital e não tendo dívidas e, portanto, obtendo a prosperidade financeira (PARANÁ, 2021).

Ainda na perspectiva da proposta da SEED, está implícito que os problemas econômicos e financeiros que afligem o cidadão são de responsabilidade exclusiva dele e que, portanto, independente do quadro econômico regional, estadual e nacional (como a inflação nos itens básicos do cotidiano do cidadão como alimentação, transporte, moradia, água, luz, etc). Assim o sujeito precisa aprender a administrar o seu dinheiro de modo a não ter dívidas e acumular capital.

No âmbito da EF, de acordo com Gimenes (2019, p.38), a prosperidade se caracteriza como um estado de consciência, a exemplo da paz, espiritualidade ou


bem-estar. De fato, “O dinheiro sozinho não significa prosperidade definitiva, porque a abundância financeira é apenas um sintoma da prosperidade”, corroborando com Ribeiro, Dana e Nuccio (2021) quando explanam sobre aprender a lidar com o dinheiro, afirmando que: “Crianças que compreendem como manipular o dinheiro, assim como lidar com as frustrações e felicidades provenientes dele, mudam seu comportamento e inclusive tomam melhores decisões ao longo de suas vidas”.

Nesse sentido, a proposta da SEED pode ser considerada insuficiente quando associada a perspectiva teórica proposta por outros autores que discutem a Educação Financeira, uma vez que educar financeiramente um cidadão vai muito além do que ensiná-lo a manipular dinheiro, prospectando o acúmulo de capital e o não acometimento de dívidas. Como por exemplo, a EF pressupõe que os momentos educacionais coloquem o estudante a refletir sobre o que é qualidade de vida, como essa qualidade de vida se relaciona com o aspecto financeiro, como as políticas públicas intervêm no seu cotidiano financeiro, como o consumo desenfreado e desnecessário impactam na qualidade de vida dos cidadãos, como as empresas utilizam-se de estratégias de marketing para promover a compra desnecessária de itens muitas vezes supérfluos para a qualidade de vida do sujeito (CORDEIRO et al, 2018).

Dando sequência destacamos um excerto do slide 4 da 1ª aula da 1ª série do ensino médio.

Excerto 10:

Figura 7 - Slide 4 da 1ª aula da 1ª série do ensino médio



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Por que a educação financeira é importante?

- Ter uma **educação financeira** permitirá a você desenvolver um **senso crítico** a respeito do **dinheiro** e do **consumo**.
- Você aprenderá a lidar melhor com a sua mesada ou seu salário, tendo uma **vida financeira saudável**.
- Em vez de ser sempre um problema, o dinheiro se tornará uma **solução!**

A imagem mostra três adolescentes (dois meninos e uma menina) sentados em uma biblioteca, com livros em uma estante ao fundo. Um dos meninos está tapando os olhos com as mãos, a menina está tapando os ouvidos e o outro menino está tapando a boca com as mãos.

Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

No slide é apresentada uma imagem de três adolescentes, onde um está tapando a boca com as mãos, o outro os ouvidos e o outro os olhos. Dada a

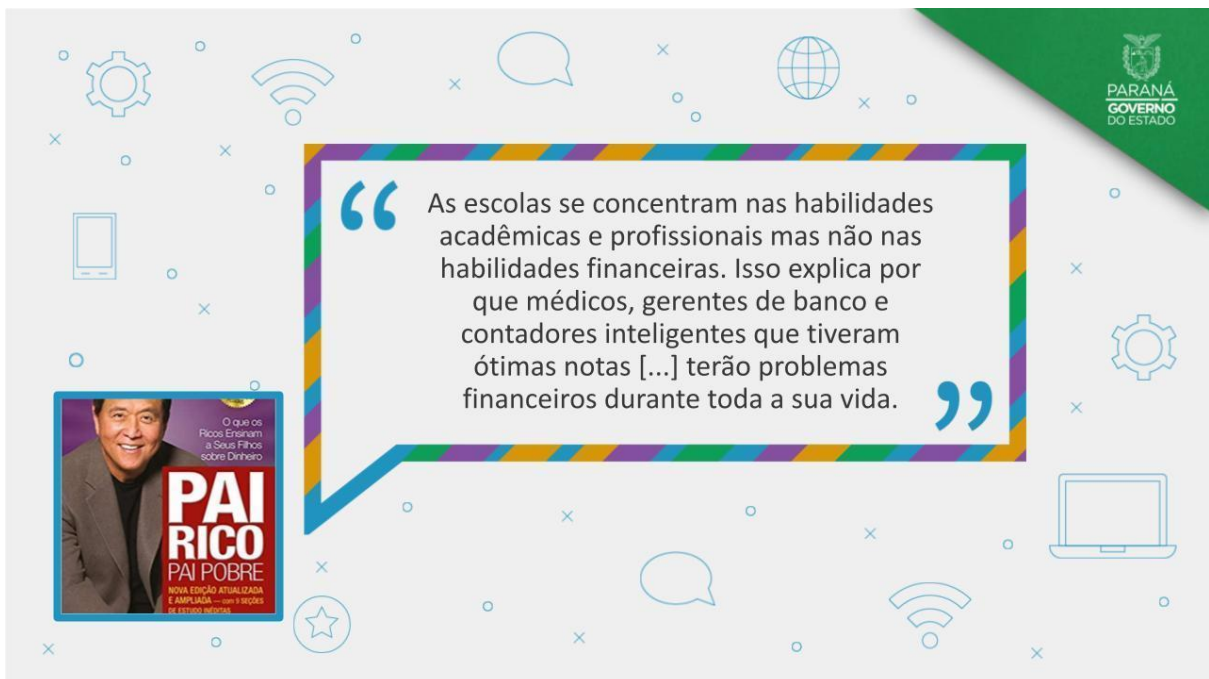
insuficiência das informações não está claro o objetivo da imagem e portanto, ela pode ser interpretada de várias formas distintas.

Nesse momento, a EF na perspectiva da SEED é resumida a alguns dos itens chave: dinheiro, vida financeira saudável (prosperidade financeira) e consumo. Tais itens permeiam direta ou indiretamente todas as aulas em análise desse trabalho e inclusive essa disciplina.

Dando sequência nos excertos que abordam a EF, destacamos agora o slide 5 da 1ª aula, voltada para a 1ª série do ensino médio.

Excerto 11:

Figura 8 - Slide 5 da 1ª aula da 1ª série do ensino médio



Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

Na figura 8, o slide 5 do material produzido pela SEED traz uma citação extraída do Livro Pai Rico, Pai Pobre, de autoria de Robert Kiyosaki e Sharon Lechter. A obra em questão é quase um romance, como alguns outros best sellers de gestão onde o principal argumento é que o sucesso financeiro não depende de formação acadêmica e emprego, mas de esperteza e senso de oportunidade (DE PAULA et al, 2003).

Na citação presente no slide, o autor apresenta uma série de afirmações relacionando a formação escolar à o que adjetiva de profissionais inteligentes. Contudo, o autor em momento algum embasa suas afirmações em dados e

pesquisas, como por exemplo, não elucida de onde tirou a informação de que “as escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais mas não nas financeiras”. E mais, nesse sentido, questiona-se: A área de finanças não é considerada uma área acadêmica? Ou seja, não são desenvolvidos estudos e pesquisas sobre essa área?

Além disso, o autor menciona ainda que “médicos, gerentes de banco e contadores inteligentes que tiveram ótimas notas [...] terão problemas financeiros durante toda a sua vida”. Tal afirmação é feita pelo autor novamente sem embasá-la em dados ou pesquisas. Ademais, o autor não esclarece o que entende por profissionais inteligentes e o que significa ter boas notas e associa, de forma generalizada e não justificada, esses profissionais à vidas com problemas financeiros.

Dessa forma, a citação pode ser interpretada como vaga para o processo formativo dos estudantes, na medida em que não traz conhecimentos sobre o tema central da disciplina, a Educação Financeira. E, não obstante, culpabiliza a escola pelo fato dos “profissionais inteligentes” terem “problemas financeiros durante toda a sua vida”.

Ainda sobre a citação, destaca-se a ausência de profissionais com um poder aquisitivo menor, como exemplo um frentista, um vendedor ou até mesmo um professor, para ver quais as manobras que eles fazem com o salário que ganham para não terem “problemas financeiros durante toda a sua vida”.

Fica os questionamentos: Quantos médicos, gerentes de bancos, contadores que “você” conhece que não tem uma boa condição financeira? Será mesmo uma verdade essa afirmação? Há casos e casos em todas as profissões.

No entanto tal citação, no contexto das aulas de EF para qual está sendo utilizada, pode ser tendenciosa, e carece de mais elementos e reflexões, pois a culpa pelo fracasso financeiro de certas profissões não deve ser atribuída exclusivamente à escola.

Dando sequência nos excertos que abordam a EF, destacamos a questão 2 da lista de exercícios da 1ª aula da 1ª série do ensino médio.

Excerto 12 - Lista de exercícios - questão 2 - 1ª série

A educação financeira é um conjunto de ações, como cortar gastos, investir, multiplicar ganhos e acumular riqueza. Ao longo da aula, vimos que ela gera uma consciência crítica, pois nos leva a refletir se realmente precisamos de tudo o que compramos ou se, muitas vezes, somos levados pela emoção, pelo impulso. Ser educado financeiramente é algo que muda nossa postura em relação ao dinheiro. Das alternativas a seguir, qual retrata o comportamento de alguém com uma boa educação financeira?

- a) Alguém que trabalha muito para conseguir acumular cada vez mais, deixando o dinheiro guardado.
- b) Alguém que compra sempre parceladamente, uma vez que, assim, os gastos são diluídos e, conseqüentemente, menores.
- c) Alguém que guarda dinheiro para realizar compras conscientes, lembrando de sempre poupar uma parcela do que se recebe.
- d) Alguém que, mesmo com dívidas, faz uma poupança para, no final do mês, conseguir comprar o produto ou serviço desejado.

Nesses excertos a Educação Financeira é resumida como um conjunto de ações associadas ao incentivo ao capitalismo.

Nesse cenário proposto pela SEED pode-se levantar a seguinte questão: Como investir, multiplicar ganhos e acumular riqueza num contexto financeiro em que uma família com, por exemplo, três pessoas precisam sobreviver com um salário mínimo?

A perspectiva de EF propalada pela SEED por meio da disciplina distancia-se da perspectiva da Proposta Pedagógica Curricular, ao discorrer que “Acredita-se que a Educação Financeira contribua para o processo de aprendizagem acerca de como ocorre o planejamento financeiro, como que os nossos comportamentos contribuem para melhorar a qualidade das nossas vidas”. Portanto, ter uma boa alimentação, saúde, moradia, acesso ao lazer e cultura, entre outros e não somente acumular dinheiro (PARANÁ, 2021).

Dando seqüência nos excertos que abordam a EF, destacamos no plano de aula uma sugestão de como abordar o slide 5 da 1ª aula da 2ª série do ensino médio.

Excerto 13 - Plano de aula - 2ª série

Slide 5

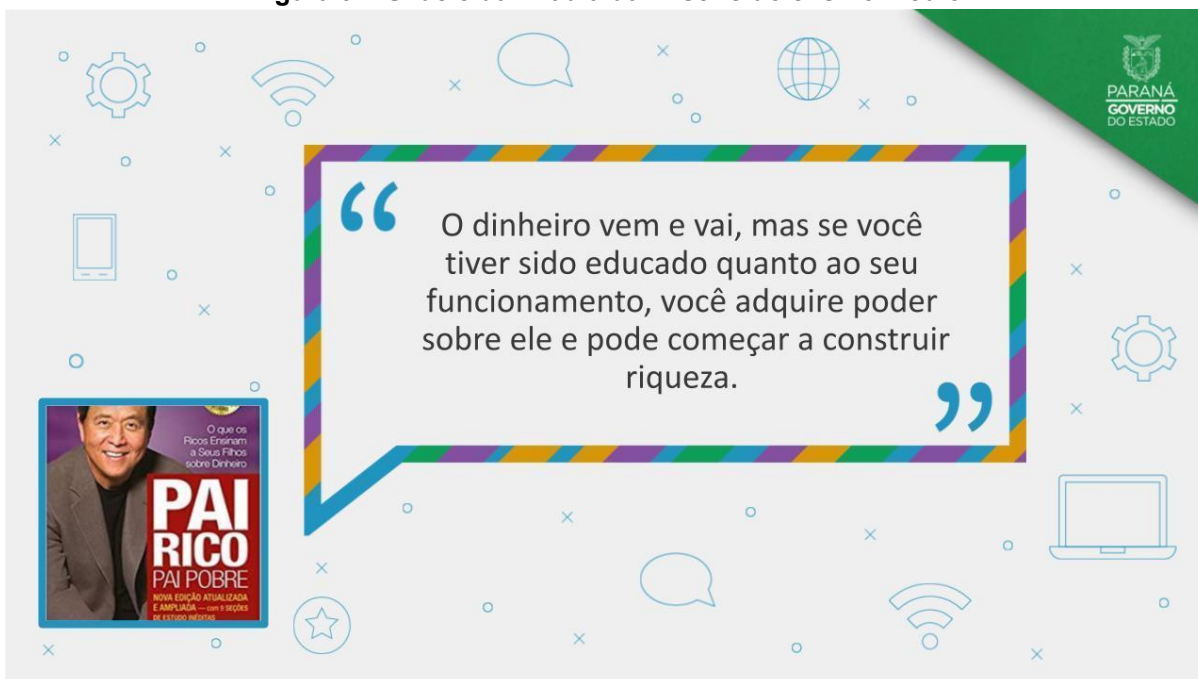
Aqui, retome o tema da educação financeira, mencionando sua importância para as relações sociais e institucionais, destacando a incorporação desse estudo nas escolas a fim de conscientizar os jovens cada vez mais cedo.

Acima é possível observar que quanto mais cedo acontecer a conscientização sobre a situação financeira do indivíduo, melhor.

Segundo Ribeiro et al (2021) sobre aprender a lidar com o dinheiro: “Crianças que compreendem como manipular o dinheiro, assim como lidar com as frustrações e felicidades provenientes dele, mudam seu comportamento e inclusive tomam melhores decisões ao longo de suas vidas”.

Excerto 14:

Figura 9 - Slide 5 da 1ª aula da 2ª série do ensino médio



Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

Na figura, novamente é apresentada uma citação do livro Pai Rico Pai Pobre. Tal citação agora afirma que se o sujeito tiver sido educado para lidar com o “funcionamento do dinheiro” pode construir riqueza. Tal slide traz para o contexto escolar o fomento à riqueza, ou seja, ao acúmulo de capital, associando-o à

educação sobre o funcionamento do dinheiro. No contexto desse slide um questionamento possível é: qual é o objetivo de se fomentar a riqueza no âmbito escolar? Qual é o objetivo e por que deve-se fomentar o acúmulo de capital nas escolas públicas?

Lembra-se da importância em saber administrar o próprio dinheiro, como uma das prerrogativas do Ministério da Educação para o ensino da Educação Financeira nas escolas, como uma unidade temática que “favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro” (BRASIL, 2018, p.269).

Mas será que é possível construir riqueza, quando a maioria das pessoas são assalariadas? Tal pergunta é essencial se pensarmos no sujeito da escola pública, filhos de trabalhadores assalariados, cujo cotidiano é pautado por diversas dificuldades financeiras, sendo uma parte delas dissociadas das ações dos próprios sujeitos e relacionadas com ações governamentais, de grandes conglomerados financeiros, etc.

Portanto, esse excerto pode ser considerado incompleto para a proposta de trabalho na disciplina de Educação Financeira.

4.3.2 Subcategoria: Para quem é importante a Educação Financeira?

Excerto 15 - Transcrição da fala do professor Tony da 2ª série (aula 1)

“Ela, a Educação Financeira que vai servir para o hoje, para amanhã e para sempre. Porque essa disciplina é para a vida e a gente sempre vai necessitar conversar a respeito”.

Excerto 16 - Transcrição da fala do professor Tony da 3ª série (aula 1)

“Compreender que a Educação Financeira é importante na vida pessoal de cada um de nós, como a mamãe e o papai para todo mundo, é muito importante e também fazer empresas”.

Nos excertos citados tenta-se convencer o estudante que a Educação Financeira é uma disciplina que trará conteúdos que serão utilizados durante toda a

vida e que é importante para o nosso cotidiano e proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.

Este último objetivo prevê que o aprendizado da Educação Financeira possibilite a mobilidade social, “entendida como a capacidade que uma família apresenta de aprimorar sua condição socioeconômica a partir de conhecimentos e competências oferecidos pela Educação Financeira” (ENEF, 2017).


Porém, não é dito como se dá essa importância e como o estudante e a família podem ter melhores condições de vida.

Dessa forma, os excertos podem ser considerados incompletos, pois não mencionam de maneira clara em que situações do cotidiano a Educação Financeira é importante e pode ser utilizada e como ela pode interferir positivamente na vida da nossa família .

Dando continuidade nos excertos que abordam a EF, destacamos o slide 6 da 1ª aula da 2ª série do ensino médio.

Excerto 17:


Figura 10 -Slide 6 da 1ª aula da 2ª série do ensino médio



EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Pensando a prosperidade financeira

- Ter prosperidade financeira significa ter uma **relação saudável com as finanças**.
- O importante não é quanto você ganha, mas como você **emprega seus recursos**.
- Esse é justamente um dos objetivos da **educação financeira!**



Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

Segundo o slide, um dos objetivos da EF é focar na forma de como se emprega os recursos, contudo de acordo com Gondim, a Educação Financeira é muito mais do que isso.

Assim, de acordo Gondim (2018) a Educação Financeira é vista como

Um processo necessário para que as pessoas possam compreender melhor os conceitos e produtos financeiros e, assim, serem capazes de desenvolver valores e competências que as tornem mais conscientes das decisões que visem ao seu bem-estar. A gestão do próprio dinheiro é algo pouco ou nada falado nas escolas e nas famílias. As empresas também pouco investem na capacitação dos profissionais que cuidam das finanças do negócio (GONDIM, 2018, p.3, grifos nossos).

Conforme Gondim, a Educação Financeira não deve ser pautada apenas em como gastar dinheiro e em prosperidade financeira. Essa definição deve ser ampliada e promover o conhecimento dos estudantes de modo que estes busquem promover em suas vidas o seu bem-estar no sentido amplo, mantendo a vida equilibrada em nível social e econômico, evitando conflitos emocionais e familiares.

Assim, alguns aspectos determinam prosperidade além da manifestação financeira. Há também prosperidade amorosa, física e emocional.

Outros níveis de prosperidade também podem ser apresentados: abundância extrafísica, que inclui a leveza emocional; a facilidade em fazer amigos; no surgimento de novidades, oportunidades, convites; no sentimento de gratidão por coisas simples; e redução de conflitos na vida, dentre outros fatores (GIMENES, 2019).

Na perspectiva da SEED, traz que a quantidade que o indivíduo recebe não é importante, mas sim, o que se faz com o que se ganha e que ter uma boa relação com o dinheiro é sinônimo de prosperidade. Considera-se que tais afirmações são de explicações rasas, pois não trazem embasamento para aprofundar esse entendimento sobre o que é considerado boa relação com o dinheiro e prosperidade financeira.

Na sequência dos excertos que abordam a EF, destacamos na lista de exercícios a questão 3 da 1ª aula da 3ª série do ensino médio.

Excerto 18 - Lista de exercícios - questão 2 da 3ª série

“É comum encontrarmos pessoas que começaram a se endividar na juventude. Por isso, aprender a lidar com o dinheiro já nessa época é muito importante; assim, é possível fazer a gestão dos recursos de maneira eficiente desde cedo,

evitando endividamento na vida adulta e fazendo com que os retornos financeiros venham antes do esperado.”

Fonte: <https://www.pravaler.com.br/educacao-financieira-qual-a-importancia-de-saber-sobre-financas/>.

O excerto demonstra a importância dos estudantes terem o componente curricular de Educação Financeira para que, independente do montante de sua renda, evitem o endividamento, e que além disso possam ter retorno financeiro, através de análises prévias dos juros cobrados ou pagos em cada transação, sendo ela o empréstimo para a constituição de sua própria empresa, ou a simples compra de um tênis. A associação de dinheiro com a prosperidade também fica visível, dando-se a entender que a prosperidade financeira é importante, para não dizer imprescindível, para a realização pessoal de cada indivíduo.

O outro nível de prosperidade é a abundância manifesta em riqueza material, com aumento do patrimônio; conquista da liberdade financeira; amor ao trabalho; ganhar sempre mais do que gasta; doar muito, em dinheiro, tempo, energia e contribuição ao mundo; aberto ao surgimento de oportunidade para investir, empreender, e realizar negócios que trazem retorno financeiro (GIMENES, 2019).

Contudo ficam os questionamentos: Será que quem tem muito dinheiro é realizado completamente? Será que ser prosperidade é sinônimo de felicidade?

4.4 Categoria 3: Consumo

Nesta categoria são apresentados e discutidos os excertos dos materiais didáticos que abordam diretamente o Consumo: necessidade X emoção e consumo consciente, e o consumo como dívida. Dessa forma, os organizamos nas subcategorias das categorias apresentadas na sequência.

4.4.1 Subcategoria: Consumo: necessidade X emoção e Consumo consciente

Excerto 19 - Transcrição da fala do professor Tony na 1ª série (aula 1)

“Mas a gente vem com uma outra grande pergunta: a gente consome por necessidade ou por emoção?”

Muitas das nossas compras a gente compra por emoção e depois a gente vai ver que aquele material, uma roupa fica guardado a gente nunca usa. Para ver tem que pensar e comprar sempre pela necessidade”.

Excerto 20 - Transcrição da fala do professor Tony na 3ª série (aula 1)

“Você perceberá diferença entre o consumo por necessidade e o consumo por emoção. Se comprar alguma coisa sem ter a necessidade você passará a refletir sobre o impacto do seu consumo sobre o planeta”.

Excerto 21 - Plano de aula da 3ª série

Compreender o que é consumo consciente

Descrição: Analisar a situação-problema apresentada (João e seu consumo compulsivo), identificar os traços comportamentais que faltam à João e buscar, coletivamente.

Descrição: Falar sobre o consumo consciente e sobre as ações desse tipo de consumidor. Apresentar o vídeo “O consumo consciente”.

Slides 18, 19 e 20 - Apresente as características do consumidor consciente aos alunos. Enfatize a diferença entre consumo consciente e consumismo.

Nesse momento, convide o aluno a refletir sobre o vídeo “O consumo consciente” e suas dicas de comportamento sustentável.

Os excertos acima tratam acerca da categoria Consumo Consciente, considerando os questionamentos que foram feitos sobre o comprar por emoção ou necessidade e sobre a importância em relação a criticidade do ato de consumir.

O consumismo, como um atributo da sociedade, é distinto do consumo, esse uma característica e ocupação dos seres humanos como indivíduos, de modo que uma sociedade adquire a capacidade de querer, desejar e buscar do mesmo modo que a capacidade de trabalho na sociedade de produtores coloca a sociedade de consumidores em movimento e a mantém em curso, revelando uma forma singular de convívio humano (BAUMAN, 2008).

Essa indagação “a gente consome por necessidade ou por emoção?” incentiva o estudante a refletir sobre o consumo sem necessidade, inconsciente ou feito de maneira compulsiva, podendo inclusive levantar alguns alertas sobre as compras que são realizadas por transtornos de ansiedade.

Porém, o conceito de consumo não foi abordado, não ficou claro como que o consumo por emoção pode impactar sobre o planeta. Portanto, a proposta está incompleta.

O consumo, em uma forma de interpretação, envolve a coesão social, a produção e reprodução de valores, como uma atividade que requer decisões políticas e morais diariamente. Ao consumir, o indivíduo manifesta a sua forma de ver o mundo, caracterizando uma conexão entre os valores éticos, escolhas políticas, percepção sobre a natureza e comportamentos concernentes às atividades de consumo (CORTEZ, 2009).

O impacto de tal consumo deve ser visto na sua totalidade, quer seja financeira, afetiva, status ou ambiental, pois o mesmo causa danos ao planeta, como poluição no ato do descarte de tais peças pelo tempo de deterioração delas.

A seguir temos um excerto da transcrição da aula da 1ª série:

Excerto 22 - Transcrição da fala do professor Tony da 1ª série (aula 1)

“Por que a gente vai desenvolver o nosso senso crítico a respeito do dinheiro e do consumo?

Se a gente tiver esse senso crítico a gente vai conseguir ter uma relação saudável com dinheiro que muitas vezes as pessoas não têm essa relação saudável”.

No excerto acima o professor relaciona o senso crítico com uma relação saudável com o dinheiro, uma vez que ser crítico torna os seres pensantes e mais curiosos sobre certos temas, e conseqüentemente mais conhecedores do assunto.

Quanto mais conhecimento sobre um assunto, maior a discussão, maior domínio e a curiosidade em aprender mais sobre ele, formando um círculo de ensino e aprendizagem.

De acordo com a PPC, a Educação Financeira

é o processo de aprendizagem que envolve conhecer os processos de planejamento financeiro, provendo conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades e tem o objetivo de promover e fomentar a cultura da Educação Financeira, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade, sendo o bom uso dos recursos financeiros essencial para nossa qualidade de vida (PARANÁ, 2021).

Nesse excerto, não há uma exploração acerca do que vem a ser considerado ter senso crítico, em que sentido ele contribuirá para uma relação saudável com o

dinheiro. Relação saudável que também não veio conceituada, talvez o que é uma relação saudável para um indivíduo pode não ser para outro.

Mesmo assim, se um indivíduo que tem um senso crítico sobre um assunto, se ele tem claro esse conceito e de que forma isso pode ser usado beneficemente em sua vida, não acredita de imediato de forma inocente no que lhe dizem, ele questiona mais, pois possui ferramentas e argumentos para analisar e não tomar o assunto como verdade absoluta.

A seguir, outro excerto da aula da 3ª série:

Excerto 23 - Transcrição da fala do professor Tony da 3ª série (aula 1)

“O que é um consumidor consciente?

É aquele que entende que toda ação gera impactos sobre a natureza e o impacto do consumo não afeta apenas a economia e o meio ambiente, mas a relação que você tem com outras pessoas e com o próprio planeta. Consumir de forma consciente vai muito além de reduzir gastos. Consumir de forma consciente não significa parar de comprar, significa evitar o ciclo vicioso do consumismo. Significa realizar compras necessárias usando o dinheiro de maneira eficiente que o consumo consciente leva a gente a ter uma vida mais sustentável e ter mais cuidado com o planeta. Ele não se preocupa apenas com o aumento da compra, mas a forma que nós também vamos descartar esse produto que a gente comprou.

Então, seis perguntas para o consumo consciente:

- Por que comprar?
- Onde comprar?
- Como comprar?
- De quem comprar?
- Como usar?
- Como descartar”?

No excerto acima traz a informação de que o estudante consegue ter um entendimento de que a sociedade está organizada de forma a fomentar o consumo e que às vezes compram por emoção, não fazendo um planejamento ou análise para saber a real necessidade da compra.

E assim, o consumo é definido como “Uma atividade que fazemos todos os dias, por vezes de maneira festiva [...] mas a maioria das vezes é de modo prosaico,

rotineiro, sem muito planejamento antecipado nem reconsiderações” (BAUMAN, 2008, p.37).

Com essas compras por impulso, o indivíduo está exposto ao consumo inconsciente e que acaba trazendo uma satisfação momentânea, mas que depois traz consequências que não estavam previstas como dívidas ou uma aquisição desnecessária.

Ainda no excerto fala-se sobre a questão do consumo ser prejudicial para o planeta, mas não faz menção de como o consumo causa impacto no meio ambiente, ou como pode interferir no planeta.

Assim, essa proposta é considerada incompleta, pois faltam maiores informações sobre consumo consciente, sobre o impacto que o consumo desenfreado causa no planeta e por conseguinte na população em geral.

Dando continuidade nos excertos que abordam a EF, destacamos no plano de aula uma sugestão de como abordar o slide 7 da 1ª aula da 1ª série do ensino médio.

Excerto 24:

Figura 11 - Slide 4 da 1ª aula da 1ª série do ensino médio

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Aqui vai um desafio! Reflita:

Você tem um smartphone modelo antigo que funciona perfeitamente, mas surgiu um lançamento no mercado. Alguns de seus amigos, inclusive, já compraram o novo modelo e estão comentando a novidade.

- **Para você, essa compra seria necessária?**
- **Será que o que está falando mais alto aqui é a necessidade ou a emoção?**

Ícones: lâmpada, calculadora, dinheiro.

Fonte: Livro de Registro de Classe online (PARANÁ, 2021)

O slides 7, vem trazendo a sugestão de como abordar o conteúdo que está sendo trabalhado, é um momento para que aconteça uma reflexão sobre as circunstâncias do consumo e do consumismo.

O consumismo é considerado um dos principais problemas das sociedades modernas, é definido como “O ato de consumir produtos ou serviços, muitas vezes, sem consciência” (CORTEZ, 2009, p.35).

Portanto, o questionamento sobre o exemplo do smartphone pode desencadear no estudante um certo descontentamento, pois o objeto citado pode ser um sonho de consumo dele, mas ele sabe que não tem condições financeiras para essa compra. E quando não se tem nem um aparelho de celular se quer, fica difícil imaginar ter um modelo de última geração e acaba se sentido mais desprovido de boa condição financeira.

Na sequência temos os excertos que abordam a EF, destacamos a questão 3 da lista de exercícios da 1ª aula da 1ª série do ensino médio.

Excerto 25 - Listas de exercícios - questão 3 da 1ª série

João tem um celular modelo 2018, em perfeito estado, ele quer trocar por um modelo 2020, em que os recursos são mais novos e melhores. Analisando esse contexto e considerando a uma escolha financeira saudável, como João deve agir nessa situação?

- a) Ele deve comprar o novo modelo, mas, em vez de pagar à vista, deverá pagar a prazo, diluindo o valor total.
- b) Ele deve cotar o preço do celular desejado em diferentes lojas e comprar onde for mais barato.
- c) Ele deve avaliar seus ganhos e suas despesas e, assim, calcular se um novo celular está dentro de sua estimativa financeira.
- d) Ele deve avaliar sua situação financeira e, se verificar que não tem dinheiro suficiente, fazer um empréstimo a juros baixos.

Mesmo sendo uma reflexão importante e contemporânea, necessita-se frisar que ainda nos dias atuais, existem famílias em situação de extrema pobreza, vivendo em condições subumanas, sem acesso à água tratada, esgoto ou luz elétrica, e portanto levantar tal questão torna-se no mínimo discriminatório, uma vez que em uma sala de aula existem estudantes com maior poder aquisitivo, e aqueles

sem nenhum. Exemplos com produtos que são sonhos de consumo para todos os adolescentes, eletizam a clientela escolar.

Mesmo o consumidor tem a opção de atuar de modo a atender aos interesses do mercado, e assim também de não se submeter às regras vigentes, cabendo ao consumidor atuar como cidadão e desafiar as regras do mercado, sendo crítico, ético, consciente e responsável, pois mesmo sendo a atividade política submetida às regras do mercado, “o exercício da cidadania não pode ser desvinculado do consumo” (CORTEZ, 2009, p.38).

Ainda nos excertos acima, é imprescindível discutir a possibilidade de despertar nos jovens, o desejo de conseguir tais aparelhos, instantaneamente, e dessa forma buscarem caminhos mais curtos, porém não éticos.

Dando continuidade nos excertos que abordam a EF, destacamos a questão 2 da lista de exercícios da 1ª aula da 1ª série e a questão 1 da 1ª aula da 3ª série do ensino médio.

Excerto 26 - Listas de exercícios - questão 2 da 1ª série

Ao longo da aula, vê-se que ela gera uma consciência crítica, pois leva os estudantes a refletirem se realmente precisam de tudo o que compram ou se, muitas vezes, são levados pela emoção, pelo impulso. Ser educado financeiramente é algo que muda nossa postura em relação ao dinheiro. Das alternativas a seguir, qual retrata o comportamento de alguém com uma boa educação financeira?

- a) Alguém que trabalha muito para conseguir acumular cada vez mais, deixando o dinheiro guardado.
- b) Alguém que compra sempre parceladamente, uma vez que, assim, os gastos são diluídos e, conseqüentemente, menores.
- c) Alguém que guarda dinheiro para realizar compras conscientes, lembrando de sempre poupar uma parcela do que se recebe.
- d) Alguém que, mesmo com dívidas, faz uma poupança para, no final do mês, conseguir comprar o produto ou serviço desejado.

Excerto 27 - Listas de exercícios - questão 1 da 3ª série

Dessa forma, quando nos questionamos: “Realmente eu preciso comprar esse produto?”, mesmo ele estando em promoção, temos em mente qual traço comportamental?

- a) Disciplina.
- b) Autocontrole emocional.
- c) Autoconhecimento.
- d) Organização.

Nos recortes acima, vem mostrando que é importante que todos saibam reconhecer as razões pelas quais são tentados ao consumo, para que antes de realizarem suas compras e muitas vezes assumirem dívidas, possam analisar, friamente, a diferença que aquele produto ou que aquele dinheiro fará na sua vida. Mas será que ser educado financeiramente é o suficiente para termos uma postura “adequada” diante do dinheiro?

Nestes excertos foram abordados a importância e os pontos positivos adquiridos através do consumo consciente, o que contribui no processo cognitivo e social do estudante.

Ao se trabalhar a disciplina de Educação Financeira, é possível abordar a história do dinheiro e de sua função na sociedade, em temas como dinheiro e tempo, impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos da humanidade e as estratégias atuais de marketing que visam o consumo consciente (BRASIL, 2018).

No entanto, é possível observar em alguns momentos que foram trazidos exemplos que talvez possam despertar uma vontade de consumir nos estudantes ou baixar sua autoestima, no caso do exemplo de adquirir um smartphone, pois muitas vezes não possuem nem o mínimo necessário.

A escola pública possui uma clientela mista de poder aquisitivo e com exemplos de exercícios assim podem despertar uma vontade de “crescer na vida” ou ao contrário deixá-los desmotivados, por conhecerem a realidade que eles e suas famílias vivem.

Assim, o consumidor se vê tentado a consumir sempre algo a mais, um produto de lançamento mais atualizado, mais moderno, com uma função mais eficaz. Essa propaganda constante acaba despertando esse desejo de ter sempre mais e mais, e por fim acabam até delegando a razão da felicidade à compra de tais

mercadorias. Quando a compra não se realiza acaba gerando frustrações e sentimentos de insatisfação e tem-se que aprender a lidar com isso ou até mesmo construindo uma roda viva de consumo-dívida.

Este raciocínio remete aos escritos de Foucault (2008, p.311), de que “O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o que? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação”.

Portanto, os excertos precisam de ajustes para torná-los completos.

4.4.2 Subcategoria: Consumo = dívidas

Excerto 28 - Transcrição da fala do professor Tony da 1ª série (aula 1)

“Consequências da compra por impulso:

- Nós vamos pagar juros, vamos acumular dívidas e essas dívidas podem comprometer o orçamento familiar e até as relações familiares”.

Excerto 29 - Listas de exercícios - questão 1 da 1ª série

[...] boa parte dos brasileiros reconhece a falta de organização para lidar com o próprio dinheiro. Menos da metade (48,1%) dos entrevistados ouvidos consideram-se pessoas organizadas financeiramente. Considerando uma escala de um a dez, a nota média que o brasileiro atribui para o seu próprio nível de educação financeira é de apenas 6,3.”

Fonte: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf.

De acordo com essa mesma pesquisa, muitos consumidores brasileiros não controlam o quanto gastam, não sabem quanto pagam de juros e não se planejam para imprevistos. Assim, no contexto de nossos estudos, responda: o que pode levar os brasileiros a terem total falta de organização financeira?

- Produtos em promoção.
- Juros elevados.
- Salários abaixo da economia.
- Desconhecimento sobre educação financeira.

Os excertos acima da transcrição da 1ª aula e da questão 1 da 1ª série do ensino médio trazem a ideia principal de que o estudante e, conseqüentemente, a sua família tenham condições de vida digna, com alimentação, moradia, saúde,

educação, lazer e que não se curvem diante do apelo ao consumismo, causando uma instabilidade financeira que causa danos à família.

Oliveira (2021), neste sentido, questionou a necessidade de gastar menos, porém, de que modo pode ser ensinado sobre a inflação, IPCA, investimentos, quando 40% da população adulta possui algum tipo de dificuldade com as finanças?

A instabilidade financeira, a inadimplência e o endividamento não são raros e podem causar consequências danosas como não garantir o básico para a subsistência.

Esses problemas financeiros citados são tratados em sala de aula e deve-se ter um olhar cuidadoso ao fazer a abordagem dos mesmos, pois são estudantes de escolas públicas com classes sociais e realidades diferentes.

Mutz e Gomes (2019, p.53), já haviam comentado que as transformações políticas, econômicas e sociais são a tônica de uma sociedade de consumo formada pelos consumidores e as mercadorias em uma cultura de consumo. Desse conjunto é que surgiu a necessidade de educar para o consumo “nomeada nos documentos que temos analisado como Educação Financeira”.

Com uma economia nacional sofrendo variações diárias, o estudante vê sua família assalariada fazer manobras para conseguir honrar o pagamento das despesas e nesses excertos não traz explicações de como fazer todos os pagamentos e ainda sobrar dinheiro para guardar.

De acordo com a PPC(2021), o principal propósito do componente é o de promover e fomentar a cultura da Educação Financeira no Paraná, ampliando a compreensão dos estudantes quanto à administração consciente de seus recursos financeiros, prospectando esses saberes para a sociedade(PARANÁ, 2021).

Saber contornar e solucionar esses problemas e evitar que novamente aconteça é a meta que se deseja alcançar de qualquer indivíduo independente da classe social a que pertença.

Assim, considera-se que o excerto do exercício é adequado e completo.

4.5 Categoria 4: Prosperidade Financeira

Nesta categoria serão apresentados e discutidos os excertos dos materiais didáticos que abordam diretamente o termo Prosperidade Financeira, prosperidade financeira e seus traços comportamentais e quem é próspero financeiramente.

Dessa forma, os organizamos nas subcategorias das categorias apresentadas a seguir.

4.5.1 Subcategoria: Prosperidade financeira e seus traços comportamentais

Excerto 30 - Transcrição da fala do professor Tony da 2ª série (aula 1)

“Pensando ainda em prosperidade financeira, significa:

- ter uma relação saudável com as finanças: aquela pessoa que ganha muito mais sempre está endividada. Você tá pensando nessa dívida, isso traz amargura e conseqüentemente não há uma felicidade

O que leva a prosperidade financeira?

- ganhar para gerar receita, planejar para priorizar as ações e objetivos, economizar para ter uma disciplina para poupar, investir como a gente vai investir o nosso dinheiro”.

Excerto 31 - Transcrição da fala do professor Tony da 3ª série (aula 1)

“A prosperidade não depende de quanto você ganha, mas da forma que você emprega esses recursos que você tem. Nem sempre ganhar mais significa ser próspero”.

Excerto 32 - Transcrição da fala do professor Tony da 3ª série (aula 1)

“Identificar os traços comportamentais que levam ao que a gente vai chamar de prosperidade financeira;

Você desenvolverá alguns traços comportamentais que o tornarão financeiramente próspero.

Para a gente conseguir chegar a ser financeiramente próspero tem que identificar os traços comportamentais que são: o autoconhecimento e autocontrole, a disciplina, a organização e o planejamento, ter inteligência financeira e uma visão analítica”.

Neste recorte é possível ver que o indivíduo para ter prosperidade financeira tem que ter uma relação saudável com o dinheiro e tem que possuir controle sobre seus traços comportamentais e isso pode ser considerado um construir de uma vida.

Em dado momento é dito que pensar em dívidas podem trazer amargura. Mas como não pensar nela se os credores estão cobrando, se existe alguma ordem

de despejo, se o nome está sujo e limita outros negócios? Realmente, é uma fala contraditória e desnecessária.

Exemplo de prosperidade financeira é registrado por Kiyosaki (2011, p.41), com os ensinamentos sobre as demonstrações financeiras e do conhecimento dos números, como base de uma vida financeira. Salienta a necessidade de usar o cérebro, trabalhar de graça, não visando somente lucros, “[...] e logo sua mente lhes mostrará formas de ganhar muito mais dinheiro do que eu poderia lhes pagar”.

O estudante está em processo de formação e ainda não detém todo esse conhecimento a respeito da sua vida ou do seu dinheiro, muitos não recebem dinheiro em espécie nas mãos, portanto é uma perspectiva reducionista de prosperidade financeira.

Dessa forma, a iniciativa de incluir Educação Financeira na matriz curricular vem para contribuir na construção crítica do estudante.

Segundo a Estratégia Nacional de Educação Financeira:

A Educação Financeira não se resume a um conjunto de saberes puramente matemáticos ou de instrumentos de cálculo. Está amparada em áreas complexas como a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental, e por isso acessar educação financeira é provocar mudanças de comportamento, por meio da leitura de realidade, do planejamento de vida, da prevenção e da realização individual e coletiva. (ENEF, 2020, p.33).

Dessa forma, os recortes propõem que para ser próspero financeiramente o indivíduo não deva possuir dívidas, que o quanto ganha não é importante e sim que o que se faz com o dinheiro, que se tiver o autoconhecimento e autocontrole, a disciplina, a organização e o planejamento, ter inteligência financeira e uma visão analítica não terá problemas financeiros.

Assim, a proposta acima pode ser considerada simplista, incompleta e que acaba delegando que o sujeito é o único responsável pela situação financeira a que ele faz parte.

4.5.2 Subcategoria: Quem é próspero financeiramente?

Excerto 33 - Transcrição da fala do professor Tony da 2ª série (aula 1)

“Hoje ele vai falar especificamente da importância para a gente atingir o que a gente chama de prosperidade financeira, das opções a seguir pessoal:
Quem deve ser considerado uma pessoa próspera financeiramente?
a) uma pessoa que ganha muito dinheiro mas vive endividada?
Tenho certeza que vocês conhece alguém dessa maneira ganhar muito mas sempre tá devendo. ou
b) uma pessoa que tem condições mais modestas, mas sabe utilizar os seus recursos de uma forma eficiente?
Qual dos dois vocês acha que é mais próspero? Obviamente, a pessoa da letra B, né. Porque ela pode ganhar menos, mas ela atinge melhor os seus objetivos, não está endividado e conseqüentemente as suas metas financeiras são atingidas”.

No trecho selecionado o estudante é instigado a analisar em qual situação o indivíduo é considerado próspero.

Chama a atenção o fato de ser dito que quem não tem dívidas consegue atingir as metas financeiras desejadas. Tal afirmação é questionável, pois não ter dívidas é um fator que contribui para atingir as metas financeiras, porém se for algo de um valor elevado fica inalcançável.

De acordo com Mutz e Gomes (2019, p.53), em uma característica diferenciada, mas ínsita ao tempo vivido, aduzindo como fato de que “é a lógica da empresa se espalhar pelo corpo social e subjetivar o trabalhador, transformando-o em empresário de si”.

Assim, o indivíduo que quiser ser próspero financeiramente deve gastar menos do que ganha e se o emprego que possui não permitir tal feito, ele mesmo deverá procurar uma solução e empreender para assim ganhar mais.

Porém, pode-se perceber apelo a fala de que a quantia que se ganha não é tão importante quanto o que se faz com o que se ganha. Isso é algo que causa uma certa preocupação, pois dependendo da forma como for apresentado ao estudante, ele pode não se sentir merecedor de ganhar mais ou também, se for enfatizado muito, pode despertar uma ambição nele.

A menos que a intenção seja incentivar o estudante a empreender, a criar o seu próprio sustento, o exercício é desnecessário, pois em diversas vezes ao longo da aula é feita essa fala de que quem ganha menos, mas não tem dívidas é alguém

próspero e que poderá conquistar todos os objetivos que quiser. Isso não é verdade, pois muitos objetivos pessoais envolvem alto valor monetário para se concretizar.

A seguir temos um excerto do plano de aula da 2ª série que faz sugestão de como o slide 4 deve ser abordado.

Excerto 34 - Plano de aula da 2ª série

Slide 4

Faça um levantamento para saber se os alunos entendem o que significa “prosperidade” e, depois, utilize os inputs deles para introduzir o conceito de “prosperidade financeira”, lançando o questionamento presente no slide:

- Das duas opções apresentadas, quem pode ser considerado o mais próspero financeiramente?

Explique que prosperidade financeira não necessariamente tem a ver com a quantia que uma pessoa ganha, e sim com a forma com que ela emprega seus recursos. Uma pessoa que ganha muito, mas que acumula débitos e dívidas não pode ser considerada financeiramente próspera. Esse é o gancho que o levará ao slide 5.

Ainda uma observação a ser considerada na análise, é referente aos Planos de aulas, os quais nada mais são do que uma sequência de regras a serem seguidas de forma excessivamente sistemático, sem o entendimento de que com tal rigor metodológico e a interação social não funcionam sob regras pré estabelecidas.

Novamente, reforça a ideia de como é empregado o dinheiro é o que define ser ou não próspero. Portanto, proposta incompleta e que não traz esclarecimentos que contribuam para a aprendizagem do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2021, a disciplina de Educação Financeira passou a fazer parte da Matriz Curricular das escolas estaduais do Paraná e também tornou-se indispensável no cotidiano, pois a todo momento deve-se recorrer à ela para a decisão de uma compra, pagamento ou investimento.

Em relação aos planos de aula analisados, considerou-se que os mesmos vêm carregados de comandos ao professor acerca de como conduzir sua aula, como abordar o aluno, como administrar o conteúdo e aplicar os exercícios. Não se leva em conta que cada turma rende de forma diferente e que também possui níveis de conhecimentos variáveis para uma aprendizagem efetiva. Um tempo engessado e cronometrado como se apresenta é inviável.

Sobre as análises das três primeiras aulas de Educação Financeira observou-se que por diversas vezes é feita associação de que quem não tem dívidas é uma pessoa com prosperidade financeira. E isso é algo que não podemos garantir, pois muitas pessoas não possuem grandes dívidas e nem por isso são prósperas financeiramente.

Em relação às categorias analisadas e o discurso presente nas mesmas, observou-se que o termo dinheiro aparece repetidas vezes e que o indivíduo só pode ser realizado e próspero quando souber administrar o seu dinheiro, não possuir dívidas e acumular riquezas. Fica evidente o apelo dado à importância do dinheiro e que só quem o detém é alguém próspero e até mesmo realizado.

E que os problemas econômicos, os contratempos de onde ela trabalha ou mora são exclusivamente de responsabilidade da pessoa e que nada contribui para não atingir a prosperidade financeira.

Outro resultado que aparece nas análises é o fato de que o valor financeiro que uma pessoa recebe não seja um fator determinante para ela não contraia dívidas ao longo da sua vida e que consiga conquistar todos os seus objetivos. Geralmente as pessoas trabalham para viver como é dito, trabalham para garantir os itens básicos para a sobrevivência, como água, luz, alimentação, aluguel, medicamentos e alguns outros.

Por algumas vezes verificou-se que durante as aulas trouxeram exemplos, exercícios, slides com situações que falam de compra de aparelhos caros e pelos alunos serem de escolas públicas, muitas vezes não possuem em sua casa o

mínimo necessário para a sobrevivência, quem dirá um aparelho eletrônico caríssimo. Fica difícil discutir e imaginar o que nunca se teve na vida.

Por considerar a Educação Financeira como um processo de aprendizagem que vai desde conhecer as etapas de um planejamento financeiro até adquirir conhecimentos e informações sobre aspectos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas famílias, ficou faltando uma explicação mais aprofundada de como isso é possível.

Além de mostrar como fazer para conseguir sobreviver com dignidade com o que se ganha, se faz necessário abordar também como deveria ser feito para acumular riqueza ou então deixar claro que a miséria que algumas pessoas estão sujeitas nem sempre é culpa delas. Existem fatores externos que influenciam e muito para isso, governos, sociedade, desemprego e tantos outros.

Quanto à Educação Financeira, propriamente dita, como disciplina curricular, já faz parte do contexto educacional paranaense. E uma das ações que a SEED fez, em decorrência do Novo Ensino Médio, foi a ampliação da carga horária dessa disciplina para duas aulas semanais nas primeiras séries do Ensino Médio e assim gradativamente para os próximos anos.

Também, foi possível verificar outros pontos positivos das aulas de Educação Financeira, além da implementação da nova disciplina. Entre eles o fato de que os conteúdos já começam a fazer com que o aluno tenha noção do sistema financeiro, de como ele pode gerir de uma maneira positiva os seus recursos (mesmo se não conseguir acumular riqueza), as formas de dinheiro, empréstimos e pagamentos que estão disponíveis no dia-a-dia.

No entanto, mesmo com toda a estrutura de aula que a SEED disponibilizou, fica evidente pela análise efetuada que alguns ajustes precisam ser feitos para que os estudantes ampliem o acesso ao ensino-aprendizagem de forma mais efetiva.

É necessário destacar que os materiais didáticos, precisam melhorar muito no sentido de fornecer maior suporte aos professores, de maneira mais transparente e com uma participação mais efetiva dos mesmos na elaboração deste material.

Por fim, as mudanças que ocorrerem na Educação, trazem para as escolas, professores, alunos e comunidade um repensar em como ela está sendo conduzida e como pode contribuir de maneira mais significativa para a construção de um cidadão mais consciente de suas ações e de sua vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Educação cidadã: educação integral: fundamentos e práticas.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 65, p.3-10, maio 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa. Portugal: Edições, v. 70, 1977.

BARDIN, Laurence. Análise das relações. **Análise de conteúdo. Lisboa. Portugal: Edições**, v. 70, p. 197-203, 1979.

BARRETO, Maribel Oliveira. **Teoria e prática de uma educação integral.** Salvador: Sathyarte, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

BORGES DE PAIVA, A., SARAMAGO DE OLIVEIRA, G., & CRISTINA PIOLLA HILLESHEIM, M. **Análise De Conteúdo: Uma Técnica De Pesquisa Qualitativa.** *Revista Prisma*, 2(1), 16-33.2021.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica.** Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016.** Brasília: Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. DOU 11/10/2016, Edição 196, Seção 1, Página 23, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.html. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 727, de 13 de junho de 2017.** Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino

Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília: MEC. 2017.

BRASIL. **Portaria nº 1.024, de 04 de outubro de 2018**. Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, 163 instituída pela Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.2010.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados – Palácio do Congresso Nacional, 2020.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – CONEF. **Educação financeira nas escolas**: ensino médio: livro do professor. Brasília: CONEF, 2013.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

CORTEZ, Ana Tereza Caceres. Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades. *In*: ORTIGOZA, S. A. G. (Org.) **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 36-62. 2009.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

D'AQUINO, Cássia. **Como falar de dinheiro com o seu filho**. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2017.

DE PAULA, Ana Paula Paes; WOOD JR, Thomaz. Viagem epistemológica às livrarias dos aeroportos. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 5, n. 1, 2003.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS – ENEF. **Proposta pedagógica**. 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/en/proposta-pedagogica/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ENEF – **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ENEF – **Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/6/2020**, Página 2 (Publicação Original).2020. Acesso em 15 de dez. 2021.

FEBRABAN. **Entenda por que é importante falar de educação financeira no Brasil**: País está apenas na 74ª posição em ranking que mede o grau de educação financeira. **G1**, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/papo-reto/noticia/2019/08/22/entenda-por-que-e-importante-falar-de-educacao-financeira-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIMENES, Bruno J. **O tratado da prosperidade**. Nova Petrópolis: Luz da Serra, 2019.

GONDIM, Marcos Venícius A. **Guia de finanças pessoais**. Fortaleza: Empresa Jornalística O POVO, 2018.

GUIMARÃES, Célia Maria; MARIN, Fátima Aparecida Dias Gomes. Projeto Pedagógico: considerações necessárias à sua construção. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 4, n. 4, 1998.7.9;

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Memória e concepção do modelo: concepção do modelo da Escola da Escolha**. 2.ed. Recife: ICE, 2019

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Memória e concepção do modelo: Conceitos**. 2. ed. Recife: ICE, 2019

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Modelo pedagógico: concepção do modelo pedagógico**. 2.ed. Recife: ICE, 2019.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Modelo Pedagógico: princípios educativos**. 2.ed. Recife: ICE, 2019.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Modelo Pedagógico: eixos formativos**. 2.ed. Recife: ICE, 2019.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Inovações em Conteúdo, Método e Gestão: metodologias de êxito**. 2.ed. Recife: ICE, 2019.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Inovações em Conteúdo, Método e Gestão: rotinas e práticas educativas**. 2.ed. Recife: ICE, 2019.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Modelo de gestão: tecnologia em gestão educacional**. 2.ed. Recife: ICE, 2019..

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Escola da Escolha: palavras fáceis para explicar coisas que parecem difíceis**. 2.ed. Recife: ICE, 2019.

ICE, Instituto De Corresponsabilidade Pela Educação. **Introdução às bases teóricas e metodologias do modelo Escola da Escolha**. Recife: ICE, 2015.

IQE, INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO –. **Ensino médio em tempo integral apresentando o IQE**. 22 jun. 2021.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LACHTERMACHER, Gerson. **Matemática financeira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LIBANEO, J. Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Cristiane Bahia; SÁ, Ilydio Pereira de. **Matemática Financeira no Ensino Fundamental**. Revista TECCEN – Universidade Severino Sombra, v. 3, n. 1, abr. 2010.

LOMONACO, Beatriz Penteado; SILVA, Letícia Araújo Moreira da (Coords.). **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social - Unicef, 2013.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Alan da Costa. **A educação previdenciária no contexto das reformas da previdência pública brasileira: uma hipótese lógico-indutiva sob as perspectivas filosóficas de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault**. R. Trib. Reg. Fed. 1ª Região, ano 32, n. 1, p.30-44, 2020.

MENDES, R.M. A. **Formação do professor que ensina matemática, as Tecnologias de Informação e Comunicação e as comunidades de prática: uma relação possível**. 2013. 285f. Tese (Doutorado em Educação Matemática)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29. 2001

MUNIZ JUNIOR, Ivail. **Educação Financeira**. Rio de Janeiro: Editora Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, 2020.

MUTZ, Andresa Silva da Costa; GOMES, Raquel Salcedo. **O saber fazer escolhas bem informadas e a gestão biopolítica dos consumidores na contemporaneidade**. *Revista Labor*, n. 21, v. 2, p. 48-63, jan./jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Jul. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – OCDE. **Estratégias Nacionais para Educação Financeira uma Publicação Conjunta da Presidência do G20 da Rússia e da OCDE**. 2013.

OLIVEIRA, Danielly. Educação financeira nas escolas: o desafio de ensinar sobre dinheiro no Brasil. **Desafios da Educação**, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PARANÁ. **Agência Estadual de Notícias**. disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-vai-incluir-educacao-financeira-na-rede-estadual>. Acesso em 21 nov de 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Orientador n.º 01/2019 – SEED Educação Integral em Tempo Integral – Turno Único**. Curitiba:SEED/PR, 2019.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação - SEED. **Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio do Paraná**. Curitiba, 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte – SEED. **Instrução Normativa Conjunta n.º 001/2020 – DEDUC/DPGE**. Dispõe sobre a Matriz Curricular do Ensino Fundamental nas escolas com oferta exclusiva de Tempo Integral da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná. 5p. Curitiba: Governo do Estado, 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte – SEED. **Instrução Normativa Conjunta n.º 011/2020 - DEDUC/DPGE/SEED**.Dispõe sobre Matriz Curricular do Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná. 16p. Curitiba: Governo do Estado, 2020.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação - SEED. **Ofício Circular n.º 015/2021 – DEDUC/SEED que trata da Educação Financeira**. Curitiba: SEED/PR, 2021.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação - SEED. **Proposta Pedagógica Curricular do Colégio Estadual Professora Hercília França do Nascimento**. Manguaçu. 2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte – SEED. **Instrução Normativa nº 003/2021– DEDUC/SEED**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Programas de Atividades de Ampliação de Jornada Escolar que compõem a Educação Integral em Turno Complementar, ofertados nas instituições de ensino da Educação Básica da rede pública estadual do Paraná. 19p. Curitiba: Governo do Estado, 2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte – SEED. **Instrução Normativa Conjunta nº 006, de 30 de setembro de 2021 – DEDUC/DPGE/SEED**. Dispõe sobre Matriz Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental em Tempo Integral da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2022. Curitiba: Governo do Estado, 2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte – SEED. **Instrução Normativa Conjunta nº 007, de 1º de outubro de 2021 – DEDUC/DPGE/SEED**. Implantação e/ou regulamentação da oferta da Educação em Tempo Integral em Turno Único e Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: Governo do Estado, 2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte – SEED. **Resolução nº 3.415, de 6 de agosto de 2021 – GS/SEED**. Regulamenta a oferta de Educação em Tempo Integral na rede pública estadual de educação. Curitiba: Governo do Estado, 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Orientador nº 01/2022 – SEED Educação Integral em Tempo Integral – Turno Único**. Curitiba: SEED/PR, 2022.

RIBEIRO, Ana Paula. Educação Financeira é algo que se aprende na escola: tema já faz parte da base curricular e pode permear várias disciplinas. **O Globo**, 2 abr. 2018. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/economia/educacao-financeira-algo-que-se-aprende-na-escola-22546093>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RIBEIRO, Janaina; DANA, Samy; NUCCI, Dony de. Educação financeira Infantil: como o Brasil está frente a outros países? **InvestNews**, 21 jul. 2021. Disponível em:
<https://investnews.com.br/cafeina/educacao-financeira-nas-escolas-como-o-brasil-est-a-frente-a-outros-paises/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Educação como prioridade**. São Paulo: Global, 2018.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SALAS, Paula. Você sabe ensinar seus alunos a gerir dinheiro? Educação Financeira será obrigatória, a partir de 2020, para ensinar alunos a gastar e a poupar de forma responsável. **Nova Escola**, 14 out. 2020. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/14005/voce-sabe-ensinar-seus-alunos-a-gerir-dinheiro>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO – SEED. **A educação pública do Paraná é outra história – educação financeira em todas as escolas**. 2021. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Outra-Historia/Pagina/Educacao-Financeira>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. **Educação unifica a matriz curricular do Ensino Médio**. 21 dez. 2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educacao-unifica-matriz-curricular-do-Ensino-Medio>. Acesso em: 17 dez. 2021.

TAKAHASHI, Regina Toshie; FERNANDES, Maria de Fátima Prado. Plano de aula: conceitos e metodologia. **Acta Paul Enferm.**, v. 17, n. 1, p. 114-118, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa Qualitativa. In: TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo, SP: Atlas, p. 116-170. 1987.

VARGAS, Paulo Roberto Ribeiro. **Um estudo sobre educação financeira e instituição escolar**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

WEBER, Roberto Felipe. **Análise de conteúdo básica**. Sage, 1990.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, Antoni. **Métodos para ensinar competências**. Porto Alegre: Penso, 2020.